

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO DE JANEIRO
INSTITUTO DE HISTÓRIA

BRUNO PEREIRA DA SILVA

CORTIÇOS:
AMBIENTES DE TENSÃO E COOPERAÇÃO DENTRO DA
DINÂMICA DOS ESPAÇOS DE SOCIABILIDADE PARA ALÉM DO
DESFADIGAR DIÁRIO

Rio de Janeiro

2019

BRUNO PEREIRA DA SILVA

CORTIÇOS:
AMBIENTES DE TENSÃO E COOPERAÇÃO DENTRO DA
DINÂMICA DOS ESPAÇOS DE SOCIABILIDADE PARA ALÉM DO
DESFADIGAR DIÁRIO

Monografia apresentada à Banca Examinadora do Instituto de História da Universidade Federal do Rio de Janeiro como exigência para obtenção do título de bacharel e licenciado em História.

Orientador: Prof. Dr. Flávio dos Santos Gomes.

Rio de Janeiro

2019

BRUNO PEREIRA DA SILVA

CORTIÇOS:

**AMBIENTES DE TENSÃO E COOPERAÇÃO DENTRO DA
DINÂMICA DOS ESPAÇOS DE SOCIABILIDADE PARA ALÉM DO
DESFADIGAR DIÁRIO**

Monografia apresentada à Banca Examinadora do Instituto de História da Universidade Federal do Rio de Janeiro como exigência para obtenção do título de bacharel e licenciado em História.

Orientador: Prof. Dr. Flávio dos Santos Gomes.

Aprovado em ____________.

BANCA EXAMINADORA

Prof. Dr. Flávio, dos Santos Gomes.
(Orientador – Instituto de História – UFRJ)

Prof. Dr. Carlos Eugênio Libano Soares.
(Departamento de História – UFBA)

Prof. Dr. André Leonardo Chevitarese
(Instituto de História – UFRJ)

Rio de Janeiro

2019

À minha nobre professora Ivanilda
Matias Bezerra, da E.E.E.F.M. Professor
Raul Córdula, por ter feito despertar em
mim o amor pela História.

AGRADECIMENTOS

Agradeço primeiramente à Deus e a minha família que sempre me proporcionaram suporte nessa jornada acadêmica. Em especial a minha esposa Adriana, minha mãe Maria do Socorro e a minha tia Genilda (por emprestar tantas vezes o cabo do notebook) por toda assistência e paciência nessa caminhada árdua, mas benéfica, para além de um ombro e um abraço nos momentos mais complicados desse universo que exigiu muito de mim e daqueles que estão ao meu redor. Onde muitas vezes foi preciso respirar fundo e seguir adiante.

Meu singelo muito obrigado ao professor Dr. Flavio dos Santos Gomes, por todas as dicas nesse modesto trabalho de conclusão de curso, que me propiciou mergulhar no universo da pesquisa com toda bagagem acadêmica absorvida até aqui nesta instituição. Ao nobre mestre que através das suas aulas provocativas com o entrelaçamento das disciplinas e abordagens, contribuíram muito para esta investigação (revendo boa parte das anotações de suas aulas, professor). Em segundo lugar, suas dicas para enfatizar o objeto da pesquisa foram cruciais para o desenvolvimento desse trabalho. Os encontros para debatermos foram os necessários em minha visão. Todos os feedbacks possíveis, seja nas aulas de Brasil II, ou nas aulas em comemoração aos 450 anos do Rio de Janeiro, em conjunto com o professor André Chevitarese. Por isso, congratulações aos mestres a grande contribuição para esse trabalho e praticamente a fundamentação da próxima pesquisa.

Nesse contexto de subsídios, abarco os professores Henrique Gusmão, Luiza Laranjeiras, Manolo Florentino, William Martins, Alessandra Nicodemos e Paulo Bahia, pelos esclarecimentos de conceitos em aulas que se tornaram peças chave, que nortearam esse trabalho, desenvolvendo em conjunto as dicas do meu orientador e sanar da melhor forma possível a compreensão do leitor.

Dentro dessas congratulações, não posso esquecer dos amigos de faculdade: Wanderson, Laís, Barbara, Gilmar, Ronaldo, Wander e, sobretudo, minha amiga Sueli, por todos os questionamentos, críticas e paciência, na incomensurável leitura da monografia. O que fez uma grande diferença no combustível a mais para terminar esse trabalho. Como também o meu obrigado, a minha amiga e irmã Verônica Melo por tantas vezes aturar desabafos e na sua singela religiosidade, transformar tempestade em calmaria como poucos.

Com isso, observando a porosidade entre os campos sociais que norteiam nossas agências, foi necessário abranger as contribuições que transpassaram a questão acadêmica. Nesse sentido, percebo que é capital agradecer a todos os entes que compõem esse campo macrossocial e auxiliaram a construir o elemento pesquisado. E por fim, a você leitor, que vai debruçar seus questionamentos e críticas neste pequeno ensaio. Desejo que assim como foi comigo, provoque na sua psique em pesquisas futuras e venha contribuir o mesmo para seu crescimento acadêmico.

“Os cortiços eram locais não só de morada possível de muitos, mas, principalmente para as mulheres, local de trabalho de suas tarefas domésticas feitas para fora: as lavadeiras trabalhavam cercadas por suas crianças, as doceiras, confeitadeiras, costureiras tornavam essas habitações coletivas pequenas unidades produtivas”

(ROBERTO MOURA)

“Grande parte desses pobres antes atirada ali, no esconderijo daquele covil, pela falta de fortuna, para se livrar da polícia. Dormiam sem ar, sufocados, na repugnante promiscuidade [...]. Desci. Doíam-me as têmporas. Era impossível o cheiro de todo aquele entulho humano”

(JOÃO DO RIO)

RESUMO

Esse acanhado ensaio vai abordar questões fundamentais dos espaços de sociabilidade dentro dos cortiços, abarcando o período que compreende o intervalo entre os anos de 1870-1910, na cidade do Rio de Janeiro. Partindo da investigação do ambiente polarizado de identidades existente no espaço dos cortiços, que faz da cidade e das moradias populares um cosmopolitismo agressivo, sobretudo na competição por espaços e ocupações, destacam-se as permanências culturais arraigadas na negritude e na sociedade de corte, que ainda remetiam a uma sociedade “medieval”. A vadiagem, a mendicância e a insalubridade eram perniciosos na sociedade, como um antro de doenças, e, neste aspecto, incompatível com o protótipo de Paris, que buscava igualar a cidade ao modelo europeu. Neste contexto, o presente trabalho tem como objetivo analisar as relações de sociabilidade dentro dos cortiços, descortinando este espaço para além de uma simples moradia.

Palavras-chave: Cortiços. Moradias populares. Espaço de sociabilidade.

ABSTRACT

This timid essay will address fundamental issues of sociability spaces within the tenements, covering the period between 1870-1910, in the city of Rio de Janeiro. Starting from the investigation of the polarized environment of identities existing in the space of tenements, which makes the city and popular dwellings an aggressive cosmopolitanism, especially in the competition for spaces and occupations, we highlight the cultural permanences rooted in black culture and European society, which still referred to a “medieval” society. Loitering, people begging, and the unhygienic environment were pernicious in society, like a den of disease, and in this respect incompatible with the Paris prototype, which sought to equate the city with the European model. In this context, the present work aims to analyze the sociability relations within the tenements, uncovering this space beyond a simple dwelling.

Keywords: Tenements. Popular housing. Space of sociability.

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO	11
2	MORADIAS POPULARES: CODINOME CORTIÇOS	13
3	LITERATURAS E JORNAIS COMO FONTE ANALÍTICA	21
4	TRABALHO E DOMICÍLIO: EXISTIR OU SER COMPELIDO	30
5	CORTIÇO: ESPAÇO DE SOCIABILIDADE	43
6	CONCLUSÃO	53
	BIBLIOGRAFIA	56
	ANEXOS	59

1 INTRODUÇÃO

Esse pequeno ensaio nasceu de uma provocação durante aula ministrada pelos professores Flávio Gomes e André Chevitarese, na disciplina em comemoração aos 450 anos da cidade do Rio de Janeiro, cujo tema tratava dos espaços esquecidos e suas permanências, a exemplo dos seus becos, suas ruas modificadas e os espaços de resistência, como também a estrutura desses recintos, como demonstra Carvalho ao abordar o cortiço como um tipo de República, com leis e costumes próprios. Destaca-se ainda, na perspectiva analítica esboçada por Roberto Moura, a reflexão relativa a categoria de “unidade produtiva”, que designa os atributos usuais de uma casa de cômodos. Desta forma, o cortiço se traduz como um lugar para além do desfadigar diário, podendo ser definido como uma rede de relações que abarcava diferentes grupos sociais, que conviviam em constantes conflitos de interesses.

As denúncias das condições insalubres e da falta de ordem presente em tais moradias, listadas nas obras de João do Rio e Aluísio de Azevedo e, sobretudo, nos periódicos da época, eram questões encaradas pelas autoridades como algo que oferecia risco para a sociedade carioca. Em consequência disso, tais questões suscitaram demolições de algumas habitações coletivas, como foi abordado na obra *Cidade Febril*, de Chalhoub (2000), na qual o autor tece comentários acerca da finalidade de tais arrasamentos, que na sua perspectiva era uma questão que ia além da saúde pública. É importante ressaltar que, apesar de terem sido observadas informações referentes a uma intensa atividade econômica nas obras abordadas neste estudo, tais questões não serão aqui aprofundadas, terão apenas a função de corroborar com as atividades de interação dentro dos cortiços, referente ao uso desses ambientes, tratando de assuntos relacionados a amizade, tensões, fofocas, brigas, intervenções policiais, trabalho, entre outros. Aqui serão abordados alguns fatos que transcendem o objeto em questão, e as fontes que serão anexadas ultrapassarão a temporalidade do objeto trabalhado. Entretanto, não haverá prejuízo a análise.

Nesses espaços havia relações coercitivas que demandavam, por parte da população que habitava os cortiços, uma espécie de malabarismo para que se tornasse viável a convivência no interior desses espaços. Mesmo porque, estamos falando de um espaço polarizado, composto por diferentes realidades sociais e, com isso, uma gama de situações que poderiam surgir em diferentes contextos econômico, político e, sobretudo social, que

é o viés e fio condutor para fundamentar esses espaços possíveis, para além do descanso, que é o foco desta pesquisa.

Desse modo, o principal objetivo deste trabalho é a análise e caracterização dessas relações no espaço dentro do cortiço, numa dinâmica de tensão e cooperação baseada no que Simmel chama de sociabilidade, que está fundamentada nas relações de reciprocidade entre os indivíduos e tem seu fundamento na ideia de sociação. Haverá ainda uma discussão, pautada no pensamento de Fanon e Arendt, que trata da questão do choque de ideias entre poder e violência, abordando a relação coercitiva do poder público, que possui guarida na abordagem policial e é amparado na legislação do final do século XIX e início do XX.

A partir do conceito de trabalho, será analisada a problemática da época, que é suscitada por um problema na sociedade carioca sobre a vadiagem, o ócio e a questão do não trabalho. O que, segundo a coletividade da época, potencializava as chamadas “classes pobres e classes perigosas”, fator que preocupava as autoridades. Pois a malandragem e o flunar nas ruas gerava um grande problema para a vida na cidade. Mas é fundamental notar que as ocupações que essas pessoas exerciam eram depreciadas em comparação aos empregos ditos privilegiados, que contemplavam sobretudo estrangeiros, porém fundamentais para a fluidez da vida na cidade, tais como: carregadores de água, de excrementos, lavadeiras, carregadores de malas, quitandeiras (os), e sobretudo, os taverneiros, estalajadeiros e corticeiros que, em sua maioria, eram estrangeiros, sobretudo portugueses.

Para a realização deste trabalho, além da bibliografia, foram utilizadas outras fontes, tais como: literaturas, acervo fotográfico de Augusto Malta, relatos de boletins de ocorrência contidos na obra de Chalhoub, artigos de mestrado e doutorado, e jornais da época que permitem uma ampliação da análise do objeto pesquisado.

Assim, o primeiro capítulo busca compreender como os cortiços eram vistos de maneira depreciativa pelas autoridades na cidade do Rio de Janeiro, e sua terminologia era de difícil compreensão no momento da avaliação dos fiscais para definir as demolições, dificultando a identificação de qual moradia poderia ou não ser considerada como cortiço. Esta parte do trabalho conta com grandes contribuições de João do Rio e Aluizio de Azevedo, e subsídios da historiografia e suas perspicácias em relação ao objeto pesquisado.

O segundo capítulo dimensiona a importância da literatura e dos jornais como fonte analítica desse pequeno ensaio. Abordará o viés voltado para análise da expertise daqueles que alugam os casebres para se esconder; da decadência das moradias populares que potencializam os distúrbios de criminalidade no interior e no entorno dos cortiços, rotulando os moradores como: desordeiros, pivetes e vagabundos; como também vai abordar a importância da temporalidade da longa duração nas ciências sociais como contribuição e compreensão das mudanças que ocorreram na cidade. Fator responsável por gerar um grande volume de indivíduos degenerados no submundo carioca sejam eles escravos de ganhos ou imigrantes, negros foros ou nordestinos, ciganos ou brancos pobres.

O terceiro capítulo abordará a luta por espaço para seu sustento dentro dos cortiços e por trabalho na cidade, o que levou à cooperação e tensão entre os inquilinos, uma vez que muitos querem apenas um lugar para encostar a cabeça, outros querem se esconder da polícia e diversos acabam abrasileirando-se. Essa perseguição aos cortiços e a seus moradores vai provocar tensão entre poder público e os estalajadeiros em relação aos arrasamentos das estalagens. Mas será com violência ou Poder? O que resulta em barreiras porosas de auxílios mútuos entre os indivíduos para se protegerem contra as ações do Estado, sobretudo da polícia.

No quarto e último capítulo, o cerne do trabalho propõe confirmar a ideia de que os espaços do cortiço compreendem muito além do desfadigar diário, torna-se um espaço de uso, de lutas, tensão e proteção mútua. O cortiço se transforma quase que em uma nova república dentro da república. Um espaço de sociabilidade e relações deturpadas na visão do poder público, que exige a sua extinção como solução final para que o protótipo de Paris fosse possível.

2 MORADIAS POPULARES: CODINOME CORTIÇOS

O panorama das últimas décadas do século XIX e início do século XX no Rio de Janeiro, vai ritmando a vida social de indivíduos numa cidade cosmopolita, fortalecendo a existência praticamente de causa e efeito do espaço utilizado dentro das estalagens, aonde a vida fluía de forma intensa. Nesse viés, várias pessoas de diversas partes da Europa, negros forros, escravos fugidos, nordestinos, índios aculturados e etc., compartilhavam adversidades recíprocas de extrema tensão e volúveis sentimentos. Um recinto aonde pequenos casebres deveriam ser apenas para o descanso matinal. No

entanto, os autores a seguir corroboram sua percepção das relações e utilização dos espaços dentro do cortiço¹ “o território só se torna conceito utilizável para a análise social quando o consideramos a partir do seu uso, a partir do momento em que o pensamos juntamente com aqueles atores que dele se utiliza” (SANTOS, 2000, p.22).

Nesse sentido, segundo Santos, as relações entre os moradores e os espaços dessas estalagens buscavam estratégias e leis próprias para coexistência ímpar e coletiva. No decorrer desse ensaio ficará mais claro, com base o arcabouço realizado por José Murilo de Carvalho, em *Os Bestializados* (1987), que trata o cortiço como uma pequena república, como o espaço geográfico do cortiço vai determinando a vida dos sujeitos que dele se aproveitam.

Sendo assim, as características destes ambientes constituíam vários universos num só espaço, atando e desatando como se fossem um tecido social, um inconsciente coletivo, que não permite escolha por parte dos indivíduos (CHARTIER. 2001). O processo de articulação dos interesses desses indivíduos, vinculado a valores e finalidades heterogêneas de vários grupos sociais que integram o cortiço, induz a uma determinada harmonia em situações pontuais, de acordo com a necessidade de acostumar-se dos “encortiçados”. De tal modo, as estalagens, cortiços e casas de cômodo tornavam-se praticamente um território à parte da sociedade.

Segundo Chalhoub, as primeiras habitações coletivas se apresentam nas décadas de 1850-60. É notório que nesses anos, apareceram as epidemias de febre amarela e cólera, fazendo com que em 1855 a taxa de mortalidade ficasse bem elevada. O que colocou em cheque a salubridade dessas habitações. É fato que a demanda de lugares para abrigar libertos, cativos fugidos, escravos vivendo sobre si, crioulos, e, sobretudo imigrantes, gerou uma grande demanda na construção de moradias. Com efeito, seria necessária a criação de uma lei que regulamentasse e fosse seguida de perto pelos agentes de saúde e segurança pública para enquadrar nos parâmetros higiênicos as novas construções. Assim sendo, em 1855 foi criado um edital, cujo objetivo era a exigência e permissão da Câmara para tais edificações. Nesse sentido, seria necessário passar pelo filtro da Junta Central de Higiene, para que fosse considerado habitável. A problemática da organização do espaço urbano se tornou ainda mais complexa após as epidemias de 1873 e 1876, que causaram

¹ Através deste discurso, o termo cortiço se generalizou e foi definido pelo seu conteúdo negativo; verificar em VAZ. 1994, p. 584.

aproximadamente 3.659 e 3.476 óbitos, respectivamente, numa população estimada em mais ou menos 270 mil pessoas. Havia ainda descrença em relação aos números desses registros, por suspeitas do Estado Imperial mascarar os dados verdadeiros.

Nesse parâmetro, analisando as percepções dentro do campo de possibilidades de Sevcenko, no qual ele demonstra o valor do uso dos espaços dentro de uma moradia popular, num paralelo conjuntural com Azevedo, trazendo à luz a forma como os negros fugidos procuravam guarida para se esconder dos maus tratos que sofriam dos seus donos. Os proprietários de cortiços² por sua vez, mesmo sabendo que o negro estava se escondendo, tirava proveito dessa da situação. “Seu senhor comia-lhe a pele do corpo! Não era brincado para uma pobre mulher ter de escapar pr’ ali, todos os meses vinte mil-réis em dinheiro! E segredou-lhe então o que já tinha junto para a liberdade acabou pedindo ao vendeiro que lhe guardasse as economias” (AZEVEDO, 2002, p. 8). Com isso, ilustra-se a percepção de como as moradias populares eram utilizadas como esconderijos. Desse modo, as demolições tinham outros objetivos além da saúde pública, acabando pontualmente com os refúgios de indivíduos suspeitos.

É notório que houve grande pretensão da burguesia elitista³ de tomar os ambientes do centro urbano da capital do império e posteriormente da república. No entanto, esses recintos não eram considerados adequados para o embelezamento da cidade, visto que estavam ocupados por indigentes que se encontravam em suas rotinas de afazeres nos antigos casarões, agora cortiços. No entanto, os esforços para tentar barrar as construções esbarrou no enquadramento rígido e ao mesmo tempo tênue, entre cumprir a lei ou burlá-la mediante recebimento de favores por parte dos donos de cortiços.

A ausência de fiscalização ou o ato de fechar os olhos para ela, ou ainda a dificuldade de classificar o que seria um cortiço, fez com que vários estalajadeiros burlassem e encontrassem brechas na lei para continuar construindo moradias coletivas, fazendo crescer ainda mais as desavenças entre o próprio poder público (polícia, junta de higiene, fiscais e políticos), sobretudo moradores e corticeiros.

² Foi o termo que as autoridades sanitárias passaram a utilizar quando desejavam estigmatizar em definitivo determinada habitação coletiva. Com a proibição de construção de novos cortiços, ficou difícil definir o que seria um cortiço. O que facilitou também a construção de novas estalagens fora dos padrões dos cortiços, mas parecidos com cortiços. Ver em Chalhoub 2000, p. 40.

³ Verificar em Samara Santana Silva, aluna de Licenciatura em História – VI Período, Universidade do Estado da Bahia UNEB/ DEDC- Campus X. Os Cortiços e a cidade do Rio de Janeiro durante seu processo de modernização na virada para o século XX. Encontro estadual de história; histórias e movimentos sociais. p. 2.

Apesar da grande ação de remover a população pobre do Centro durante o governo Passos, estes atores sociais não abandonaram o Centro e a Zona Sul da cidade. Isso se deu, dentre outros fatores, devido a uma certa flexibilização da lei municipal que proibia reformas nos cortiços existentes, bem como também a condescendência, por parte dos delegados sanitaristas, que relaxaram quanto às fiscalizações. A ação dos proprietários de cortiços, que visavam defender seu patrimônio, foi precisa para manutenção de alguns cortiços no Centro. Dentre estes cortiços, apontamos aqueles existentes no morro do Castelo (QUELHAS PAIXÃO, 2013, p. 124).

A nova tendência delineada no Rio de Janeiro no final do século XIX, vislumbrou o padrão arquitetônico europeu buscando, sobretudo, a mudança dos espaços apertados, bicos com pouca ventilação, atmosferas pantanosas e habitações suspeitas. A virada do século XIX para o XX, mostrou uma cidade que ansiava por mudanças. Em contrapartida, nunca existiram políticas sociais interessadas em dar guarida aos desfavorecidos, como atesta Carvalho no seu livro *Os Bestializados* (1987). Nos acordos traçados pelo Estado, numa abertura ao capital estrangeiro, civilizar era preciso⁴, pois

o progresso significava somente uma coisa: alinhar-se com os padrões e o ritmo de desdobramentos da economia europeia, onde “nas indústrias e no comércio o progresso do século foi assombroso, e a rapidez desse progresso miraculoso”. A imagem do progresso – versão prática do conceito homólogo de civilização – se transforma na obsessão coletiva da nova burguesia (SECVENKO, 1995, p. 29).

De tal modo, não caberia mais essa aparência medieval. Era preciso acabar com o que era danoso e perigoso para a cidade. Novos tempos, nova era. Assim, a cidade feia e suja estava com os dias contados. Até então, a longo prazo, foram diversas tentativas para a derrubada das estalagens, seja pela resistência dos inquilinos ou dos corticeiros. Esse universo obscuro da cidade antiga⁵ assombrava investidores pelo seu aspecto de feitoria e seus indivíduos em constantes atritos.

O antigo cais não permitia que atracassem os navios de maior calado que predominavam então, obrigando a um sistema lento e dispendioso de transbordo. As ruelas estreitas, recurvas e em declive, típicas de uma cidade colonial, dificultavam a conexão entre o terminal portuário, os troncos ferroviários e a rede de armazéns e o estabelecimento do comércio de atacado e varejo da cidade. As áreas pantanosas faziam da febre tifoide, impaludismo, varíola e febre amarela, endemias inextirpáveis. E o que era mais terrível: **o medo das doenças, somado às suspeitas para com uma comunidade de mestiços em constante**

⁴ Ver Barbosa, 2000, p. 21. Por isso não era apenas estar alinhado, sobretudo era uma ideia de se igualar.

⁵ Ao fundamentar esse processo de perseguição e arrasamentos dos cortiços, para esse processo é notório observar que a questão da saúde pública era pertinente, mas atacar o lugar de memória e resistência desses espaços iria muito além dos escombros. Era preciso apagar os cenários de resistências. Ver em Chalhoub, 1990, p. 186.

turbulência política, intimidavam os europeus (SEVCENKO, 1995, p. 28). **(Grifos meus).**

Assim sendo, os grandes alvos nessa remodelação para as demolições eram os cortiços do centro da cidade, pois eram vistos como “pardieiros”, locais que eram abarrotados de indivíduos vis. Na visão de Sevcenko, seria necessária uma “regeneração”, ou seja, a transfiguração da cidade em harmonia com uma nova população. O que excluiria a massa populacional, uma vez que precisava separar o joio do trigo. Do mesmo modo, na visão das autoridades, além de serem ambientes de desordeiros e promíscuos, produziria gente desocupada e inútil na sociedade (SEVCENKO, 1995, p. 58).

Para que os empresários pudessem convencer a sociedade dos méritos do produto que ofereciam e ainda justificar suas pretensões à obtenção das vantagens apontadas era necessário demonstrar o grande malefício que significaria a permanência dos tipos vigentes de habitação popular. Por isso, os empresários se apossaram e amplificaram o discurso higienista, ressaltando todos os aspectos negativos destas moradias e clamando pela sua erradicação (VAZ, 1994, p. 584).

Nesse viés, alguns jornais atestavam ruas nas quais existiam certos casebres e moradias coletivas onde a promiscuidade, a criminalidade e o nível de desocupação dos habitantes eram em grande escala. Assim, a partir de 1892, inicia-se a “febre demolitória” da área central, acompanhada da especulação imobiliária em toda a região central do Rio de Janeiro (SEVCENKO, 1995, p. 56). Nesse sentido, para atestar algumas reflexões mencionadas anteriormente, é fundamental ponderar depoimentos oculares da época que podem trazer a luz fatos que nos textos historiográficos podem passar despercebidos. Com isso, os relatos de João do Rio evidenciam como essas moradias eram lugares desprovidos de moralidade e, principalmente, insalubridade. “Eu tapava o nariz. A atmosfera sufocava. Mais um pavimento e arrebentáramos” (DO RIO, 1995, p. 57).

Estávamos no beco dos ferreiros, uma ruela de cinco palmos de largura, com casas de dois andares, velhas a cair. A população desse beco mora em magotes em cada quarto [...]. Há portas de hospedarias sempre fechadas, linhas de fachada tombando, e a miséria besunta de sujo e de gordura as antigas pinturas. Um cheiro guela desconhecida (DO RIO, 1995, p. 60).

O autor vai mais além, relatando com riqueza de detalhes o tamanho do problema em relação à população. Numa determinada visita a uma dessas moradias coletivas, percorrendo sobre como e quais tipos de pessoas viviam ali, o autor aproveitava a inspeção das autoridades e os acompanha para fazer seus relatos.

E começamos a ver os rés do chão, salas com camas enfileiradas como nos quartéis, tirimbas com lençóis encardidos em que dormiam de beíço aberto, babando, **marinheiros, soldados, trabalhadores de face barbada**. Uns cobriam-se até o pescoço. Outros espapaçavam-se completamente nus (DO RIO, 1995, p. 121). (**Grifos meus**).

Nesse sentido, a quantidade de pessoas nesse ambiente condiz com os quartos apertados e asfixiantes, camas largas e lençóis sujos e com percevejos. Esse relato é uma visita que o autor descreve num casebre de três andares. Aonde o autor ficou atônito com a quantidade de pessoas, umas por cima das outras. Nesse sentido, era muito difícil não haver promiscuidade devido às condições nas quais estavam submetidos. Com isso,

Havia com efeito mais um andar, mas quase não se poderia chegar lá, estando a escada cheia de corpos, gente enfiada em trapos, que se estirava nos degraus, gente que se agarrava aos balaústres do corrimão – mulheres receosas da promiscuidade, de saias enrodilhadas” (DO RIO, 1995, p. 122).

Desta forma, o testemunho ocular de João do Rio apresenta e atesta uma grande heterogeneidade de indivíduos (ver anexo A), raças e culturas diversificadas. Nesse viés, possibilita mergulhar mais a fundo nas reflexões e contextos do romance *O Cortiço*. Nesse ambiente de culturas e nacionalidades díspares, sobretudo portugueses, italianos, judeus e negros coexistiam e adaptavam-se a maneira de viver e ganhar a vida naquele ambiente. Sendo assim, existiam tipos de pessoas com finalidades parecidas e conjunturas paradoxais, o que contribuía para um ambiente polarizado e cheio de tensões: uns queriam ascender socialmente através de capital, outros saíram da Europa buscando melhores condições de vida, e indivíduos que queriam apenas se camuflar ou alugar um quarto para ter guarida depois de um dia de trabalho.

O segundo grupo é formado por gente com os mais variados matizes de cor da pele, desde os migrantes internos, provenientes do norte do país, como a sensual mulata Rita Baiana ou do interior do estado, todos atraídos pelas possibilidades da embrionária metrópole, até os imigrantes europeus, como os trabalhadores portugueses, italianos e judeus que moram no cortiço. Por sinal, sobre eles recaem estereótipos negativos: alguns generalizados, como a barulheira e o mau cheiro do corpo, outros mais específicos, como a avidez do judeu ou a sujeira e a bagunça dos italianos (VASSALLO, 2000, p. 105).

Nesse sentido, o romance presumível por Azevedo, pondera nas entrelinhas o que seria um ambiente cosmopolita. Nesse viés, o autor arrazoa como os imigrantes entrelaçam suas culturas na vivência dentro do cortiço, esquecendo as vezes até de suas

próprias tradições e costumes. Assim como o português e sua esposa que vem ganhar a vida naquele lugar.

E assim, pouco a pouco, se foram reformando todos os seus hábitos singelos de aldeão português; e Jerônimo abrigou-se. A sua casa perdeu aquele ar sombrio e concentrado que a entristecia; já apareciam por lá alguns companheiros de estalagem, para dois dedos de palestras nas horas de descanso, e aos domingos reunia-se gente para o jantar (AZEVEDO, 2002, p. 101).

Assim como muitos cativos quase livres ou com possibilidade de adquirir a liberdade, os escravos comumente vinham para a cidade em função de conseguir trabalho, seja acordado com seu dono ou algumas vezes fugidos que moravam ou se escondiam nas moradias populares. “Em muitos casos, a liberdade não significou o avesso a escravidão” (GOMES; CUNHA, p. 11). Por isso que geralmente elas eram conhecidas como lugares de criminosos e gente ameaçadora. Porventura, em vários momentos da cronologia deste ensaio, esses recintos são tratados como espaços de indivíduos perigosos, aonde a desqualificação dos cortiços e a fama de um covil de gente insolente depreciava quem morava naquele local.

Neste contexto, a importância das habitações coletivas nas últimas décadas da escravidão começa a se evidenciar: para escravos, assim como para libertos e negros livres em geral, as alternativas viáveis de moradia na Corte, no período, eram cada vez mais os cortiços e as casas de cômodos. São vários os exemplos de escravos que moravam em cortiços, ou que tinham suas amásias morando em cortiços; além disso, encontram-se famílias de ex-escravos que conseguiam se reunir e passar a morar juntos em habitações coletivas após a liberdade (CHALHOUB, 2000, p. 28).

Mas ser um forro ou um liberto na cidade do Rio de Janeiro não fazia muita diferença, o não reconhecimento de ser parte integrante daquela sociedade fazia denegrir e rebaixar ainda mais seu status social. Assim, a coerção explícita ou velada nesse período continha suas bases na religião, na política e, principalmente, na reprodução social do status quo da sociedade. Os padrões coloniais de status quo permaneceram praticamente os mesmos após a proclamação da república.

É importante destacar que o panorama dos latifúndios improdutivos das regiões do Brasil aprofundou a forte migração para o sudeste do país, agravando ainda mais a escassez de recursos e penúria numa cidade cosmopolita e inchada por tantos grupos. Desse modo, produziu desafios e tensões nesse ambiente. “E para o meio desse universo aflitivo de vadios compulsórios são arrastados ainda levadas intermináveis de imigrantes

estrangeiros, agravando mais a penúria geral, a concorrência e insuflando a hostilidade entre os diferentes grupos” (SEVCENKO, 1995, p. 208). De tal modo que era “Habitado por uma população bastante heterogênea, composta por operários, mascates, soldados, lavadeiras, capoeiras, entre outros, o cortiço de **Aluísio Azevedo é descrito como um espaço onde coabitavam o bem e o mal**, o operário e o vagabundo, a mãe de família e a prostituta” (ENGEL, 2013, p. 94). **Grifos meus.**

Esse contexto multiplicou as disputas por espaços e trabalhos na cidade do Rio de Janeiro, o que exacerbou as tensões entre os grupos e a questão imigratória europeia que estava em curso desde a segunda metade do século XIX, acirrando ainda mais as confusões, “sejam eles negros ou nordestinos expulsos pela seca, funcionando como um exército proletário de reserva entregue aos serviços mais brutos e sem garantias, exercendo efeitos depressivos sobre as condições de remuneração” (MOURA, 1995, p. 17). Com isso, podemos observar a seguir, na falácia do autor, como o barril de pólvora estava sendo aceso, e, se a questão da moradia era uma problemática, as disputas por ocupações se tornariam uma motivação para acender esse pavio, pois cogitava-se que os imigrantes tinham experiências na Europa em profissões específicas, o que fundamentava o mito do agente civilizador e regenerador por parte do Estado. O que faz os subalternos ficarem impossibilitados de transitarem no mercado de trabalho formal, forçando-os à informalidade – o submundo do emprego (ver anexos B e C) –, e ao submundo do crime, como veremos ao longo do trabalho.

O visconde de Taunay, líder conservador sempre alerta para os riscos iminentes de uma tal exacerbação das tensões sociais, apontava como responsáveis em grande parte por essa situação **as sociedades particulares interessadas na atividade extremamente lucrativa do fomento a imigração** (SEVCENKO, 1995, p. 208). **(Grifos meus)**

E essa tensão com os imigrantes ficou ainda mais latente após a abolição. O que fazer com tantos negros? Deportar? Dar trabalho, ocupação? Mas que tipo de educação se a interiorização da herança da condição de escravo do negro estava encrustada na sociedade carioca? Para Eric Foner o processo de emancipação do negro se torna quase que uma alegoria nos Estados Unidos, uma vez que os indivíduos eram associados à escravidão perante a sociedade. Assim sendo, os sujeitos, na prática, não teriam direitos econômicos, políticos e sociais. Portanto, juntos e iguais perante a lei, mas na visão da sociedade, separados e diferentes. "Os escravos emancipados não têm nada, porque nada além da liberdade foi dado a eles." (FONER, 1998, p. 183). No Brasil esse processo

também não era fácil, mesmo porque teria que realocar muitos indivíduos, gerando uma enorme dificuldade para incorporá-los dentro de um regime que a pouco tempo ainda era escravista e que conservava práticas segregacionista, “deixando claro que nem o fim da escravidão conseguiu matar os impulsos do coração e nem os atrativos da nova pátria os desfizeram, em uma integração absoluta e incondicional ao novo meio” (NINA RODRIGUES, 2008, p. 95). O imigrante também teve sua imagem estereotipada em relação ao novo conceito no que diz respeito à regeneração da população carioca. Entretanto, ambas as camadas viveram marginalizadas.

De uma perspectiva distinta, na imagem criada por Aluísio Azevedo, como vimos, o cortiço possui uma dimensão ambígua e contraditória, onde convivem trabalhadores e vadios, a honestidade e o crime. O cortiço é caracterizado pelo escritor naturalista como um meio deletério que, favorecendo a manifestação dos instintos selvagens da natureza humana, pode corromper, social e moralmente, os seus habitantes, cuja maioria, contudo, é vista como pertencente aos segmentos socioeconômicos explorados (ENGEL, 2013, p. 95).

Os jornais e a literatura da época buscavam acirrar ainda mais a ideia de estranhamento entre as camadas populares, mesmo se não houvessem atritos entre inquilinos e proprietários dos cortiços. Era necessário criar as notícias, espalhando o que era danoso e desordeiro como parte da metodologia de divulgação contra as moradias populares e os indivíduos⁶. Os meios de comunicação mergulhavam nos espaços dos desvalidos, aonde quase tudo o que acontecia dentro e fora dos cortiços acaba virando notícia na sociedade carioca. Diante disso, podemos refletir sobre a possibilidade de cruzamento e diálogo de informações provenientes de variados meios de comunicação para a realização de tal análise, como, por exemplo, a articulação entre a literatura e o jornal para a realização do diagnóstico desses espaços.

3 LITERATURAS E JORNAIS COMO FONTE ANALÍTICA

Para Sevcenko a literatura proporciona solidariedade entre as disciplinas, é nesse esplendor que a ficção é aglutinadora para conectar os diversos campos científicos. Assim sendo, esse anfiteatro do conhecimento é “a substância adstringente, capaz de recuperar e estabelecer em definitivo a solidariedade entre diversos grupos sociais e mesmo entre as várias sociedades” (SEVCENKO, 1995, p, 184). Assim a literatura compõe a

⁶ Um dos poucos cronistas denunciava e a falta de transparência denunciando o projeto excludente de modernização nas primeiras administrações republicanas, ver COELHO NETTO. Bilhetes postais. São Paulo: Mercado das Letras, 2002.

dependência recíproca por excelência entre os campos das ciências. A irrealdade, desempenha uma missão quase que majestosa, arrumando a utilidade fraterna do campo social, “não era a literatura que reproduzia a realidade, mas a realidade que reproduzia a literatura” (SEVCENKO, 1995, p. 225). Assim uma literatura naturalista tenciona as possibilidades da realidade carioca.

Do mesmo modo, a literatura não está preocupada simplesmente com a verdade, mas com o campo das possibilidades, aquilo que vem a ser não o acontecimento concreto, mas adentrar no palco do presumível. Assim sendo, aquilo o que é verossímil.

o testemunho da sociedade, ela deve trazer em si a revelação dos seus focos mais cedentes de tensão e a mágoa dos aflitos. Deve traduzir no seu âmago mais um anseio de mudança do que os mecanismos da permanência. Sendo um produto do desejo, seu compromisso é maior com a fantasia do que com a realidade. Preocupa-se com aquilo que poderia ou deveria ser a ordem das coisas, mais do que com seu estado real. (SEVCENKO, 1995, p. 20).

Em contrapartida, Sevcenko não é negligente em encarar a fábula pura e simplesmente como campo de possibilidade histórica. Para o autor, a literatura precisa ser acompanhada da escrita da história. Desse modo, a fonte literária pode contribuir com informações contidas nas entrelinhas, auxiliando a história a desvendar o que possa passar despercebido pela pesquisa histórica, permitindo construir uma visão mais ampla e contundente sobre o objeto analisado.

O estudo da literatura conduzido no interior de uma pesquisa historiográfica, todavia, preenche de significados peculiares. Se a literatura moderna é fronteira extrema entre o discurso e o prosaísmo dos desajustados, mais que do que o testemunho da sociedade, ela deve trazer em si a revelação dos seus focos mais candentes de tensão e a mágoa dos aflitos (SEVCENKO, 1995, p. 20).

Para o autor, parafraseando Aristóteles, a forma de escrita entre o poeta e o historiador não difere, tanto um quanto outro utiliza a prosa e o verso. Nesse sentido, não deixa de ser história, pois enquanto um relata o que aconteceu o outro enquadra o que poderia ter acontecido. Nesse caso, para ampliar as possibilidades da investigação histórica, François Dosse (2003) provoca dizendo que até mesmos nos processos da longa duração na perspectiva a-histórica, a antropologia e as ciências sociais podem atuar em diversas temporalidades. Os historiadores poderiam se desprender dos fatos específicos e mergulhar em eventos amplos, que é onde o historiador vai gerar mudanças num processo lento, gradual e estrutural, que dará forma aos eventos através dos movimentos de

quantificação de dados para observar mudanças que jamais estarão em repouso⁷, como alguns exemplos citados pelo autor para corroborar com seus argumentos: os registros paroquiais e preços dos alimentos, que é algo que muda de tempos em tempos.

Nessa ideia da amplitude de dados para compreender os eventos e suas mudanças, o professor Flávio Gomes e Olívia da Cunha, ressaltam na organização e introdução da sua obra, “Quase-cidadão”, a importância da perspicácia na observação em relação à fluidez de eventos que podem escapar aos historiadores, caso não se atenham as forças sociais que não estão em repouso e que agem sobre o indivíduo ao longo das transformações de vários eventos ou de um em particular, o resultado das análises poderão ser equivocados ou insatisfatórios para a pesquisa histórica.

É num complexo território de práticas sociais, que envolvem relações entre pessoas marcadas por identidades sociais variadas, que inusitadas combinações dos significados de liberdade, cor e cidadania ganham e produzem novos significados. Essas transformações estão estritamente relacionadas a um quadro de mudança política mais amplo. Novas classificações sociais povoaram documentos, processos, registros estatísticos, cartas e relatórios, que inseriram não-cidadãos até então qualificados como escravos, ingênuos, libertos, tutelados, desordeiros e vadios no universo burocrático e na linguagem jurídica do Estado republicano. Vários ajustes, seja no plano da linguagem, seja na representação, foram necessários (GOMES; CUNHA, 2007, p. 10).

Nessa ideia de contribuição das ciências sócias para além de um tempo cronológico, Nobert Elias tece que a sociologia contribuiu e muito para o desenvolvimento de uma história mais encorpada, através da longa duração. Para o autor, dados sociológicos, por mais fluídos que sejam, assim como a antropologia, se encaixam em inúmeras temporalidades (ELIAS; CHARTIER. 2001). A diferenciação entre Dosse e Elias, é que para o primeiro a questão empírica precisa ser levada em consideração. Já para Elias, as abstrações sociais também são fatos concretos, como um jogo de xadrez ou cartas, o movimento de um jogador só o faz quando o outro mexe sua peça. Assim, para Elias, há uma rede de interdependência que está em pleno movimento e extrema tensão. Com isso, ambos concordam que os historiadores teriam que estar abertos a essas possibilidades e

⁷ Assim história estão cheias de lacunas, fissuras e ruídos o que torna um grande desafio para os pesquisadores. Por isso muitas fontes se apresentam nas entrelinhas fazendo os historiadores mergulharem nos vestígios dispersos, o que torna um bom desafio "necessidade de lidar com os silêncios", colhendo o que ainda não foi estabelecido. Ver em Vovelle, 1987.

que os eventos na sua complexidade vão funcionar independentemente dos indivíduos. É o que Chartier chama de inconsciente coletivo.

Com isso, buscando nos relatos das crônicas da época como: Aluízio de Azevedo, João do Rio, Olavo Bilac e tantos outros, e esses mesmos literatos sendo absorvidos pelos mercados editoriais dos jornais, os homens das letras de gabinete tiveram que se transformar em verdadeiros caçadores de notícias, “verdadeiros falsos antropólogos” e narradores, como é o exemplo notório de João do Rio. Assim, muitos literatos, agora tecendo tabloides, usufruíam de toda uma gama excêntrica de escrita, quase com um tom de fantasia, porém os jornais se valeram dos homens das letras, o que veio a transformar essas fábulas em algo real (DO RIO, 1995).

O noticiário das confusões policiais contra a ralé da sociedade tinha prioridade e certa preferência da maioria da sociedade⁸, que era o público alvo, não apenas os letrados, mas, sobretudo, o público vil⁹, como forma de massificar ainda mais a transmissão de informação, mesmo que fosse para além daquilo que aconteceu ou deveria ter acontecido.

A ideia de ordenar a sociedade cresceu nas produções jornalísticas que se começava a fazer. Numa sociedade em que a grande maioria era não letrada, os jornais vinham com a intenção não só de informar aos letrados, mas também de influenciar, de alguma maneira, os excluídos. A capacidade de a palavra escrita inserir-se, ainda que indiretamente, nos mais diversos meios sociais, fazia dela um forte elemento para normatização da própria sociedade. Percebe-se então, que os jornais ocupavam, aos poucos, um espaço social cada vez maior e passavam a adquirir uma expressiva credibilidade (BASTOS, 2014, p.3).

Mas se há uma tragédia na rua tal, com tiros, facadas, mortes, uma torrente de sangue e diversas outras circunstâncias dramáticas, as turbas se interessam, vibram, tem avidez de detalhes, querem ver os retratos das vítimas, dos criminosos, dos policiais empenhados na captura destes (O País, 26 de junho de 1914, capa).

É evidente que há uma tensão entre os dois campos da experiência histórica entre historiografia e a literatura. No entanto, essa é uma barreira muito porosa “enquanto a historiografia procura o ser das estruturas sociais, a literatura fornecesse uma expectativa

⁸ Ver em Barbosa, 2000, p.28, foi ganhando notoriedade as manchetes policiais, algumas até bem sensacionalistas, como é o caso da Gazeta de Notícias, seja nas notícias mais banais, mas, sobretudo, o preço acessível.

⁹ Verificar estatísticas: Juntos, esses periódicos alcançavam uma tiragem de cerca de 150 mil exemplares, o que, numa cidade com 691.565 habitantes (Barbosa, 2000, p. 24). Nesse sentido, os letrados também participavam desse novo e eficaz método de transformação de informação, porventura as publicações provavelmente abarcavam muito mais ouvintes do que leitores (Barbosa, 2000, p. 200).

do seu vir-a-ser” (SEVCENKO, 1995, p. 20). Por isso, numa determinada pesquisa cabe ao historiador ressignificar os vestígios que possam auxiliá-lo.

A cidade e seu movimento de mudanças com a chegada da primeira república, a inovação, a modernização, não só da parte estrutural, e ocupação da cidade, mais as oportunidades no aparelhamento estatal e desenvolvimento dos mercados editoriais, os jornais e suas diversidades de notícias da irreverência as notícias policiais¹⁰, desempenharam um grande papel na sociedade, o qual acabou absorvendo grande parte dos literatos por motivos diversos.

O Rio de Janeiro oferecia, pois, um campo ímpar de atuação para os intelectuais em um país pobre e quase que totalmente analfabeto. Os cafés, confeitarias e livrarias da cidade pululavam de múltiplos conventículos literários privados, compostos de confrarias vaidosas que se digladiavam continuamente pelos pasquins esporádicos da Rua do Ouvidor (SEVCENKO, 1995, p. 94).

A Belle Époque¹¹ vivenciada no Rio de Janeiro, estava acostumada com os grandes transmissores de informação como a literatura. Segundo Sevcenko (1995) esse aparato de contar o que acontecia no curso da história tinha um prestígio único. Assim sendo, nos contos romancistas os homens das letras se sobrepunham como pessoas esclarecidas da sociedade, sendo eles os responsáveis por transmitir os acontecimentos. Assim “o prestígio ímpar da literatura a transformava num instrumento particularmente eficiente de propaganda intelectual” (SEVCENKO, 1995, p. 227).

É fato que o estilo como era narrado o naturalismo, com alguns tons de realismo, demandava uma série de questões fragmentadas em diversas realidades onde os universos dos homens das letras acabavam por circunstâncias **diversas** se entrelaçando nos periódicos e, de certo modo, absorvidos por esse novo estilo de falar do cenário carioca, o jornal.

Esta relação tão íntima entre grandes nomes da literatura do momento e periódicos na passagem do século, este pêndulo entre literatura e jornalismo que surge com a colaboração assídua dos literatos nacionais e estrangeiros nas folhas diárias como um todo, e a consagração recíproca gerada por esta parceria colaboram incontestavelmente na

¹⁰ Os múltiplos noticiários que permeavam o cenário carioca e suas formas de abordar as notícias. Ver em ASPERTI, Clara Miguel. A vida carioca nos jornais: Gazeta de notícias e a defesa da crônica. Contemporânea, nº7, 2006.

¹¹ Período marcado no início do século XIX, em que a cidade do Rio de Janeiro se modernizava tendo Paris como modelo. A presença da cultura francesa foi marcante durante a belle époque na cidade carioca. Porventura além da cultura, a mentalidade urbanística era ilustrada na referência arquitetônica europeia.

consolidação de um dos mais marcantes jornais nascidos no século XIX: a Gazeta de Notícias do Rio de Janeiro (ASPERTI, 2006, p. 47).

Calcadas sobre uma realidade de intensificação das operações econômicas, oscilação, tensão e confronto das forças sociais, essas estéticas configuram um mundo turbulento e sem posições fixas. **Os cenários, os personagens, os figurinos e até a maquiagem dos atores mudam constantemente. A encenação é confusa, os papéis se embaralham, não há limites estritos para a ação regulados por normas imutáveis, as próprias regras se refazem ao sabor dos interesses dos personagens e das contingências do roteiro (...)** (SEVCENKO, 1995, p. 227). **(Grifos meus)**

Além do mais, a maior parte dos literatos fizeram grandes contribuições aos jornais¹² entre fins do século XIX, e principalmente na primeira década do século XX. Entretanto, há uma via de mão dupla de reciprocidade. Segundo Sevcenko, os jornais destacavam dos fatos mais importantes aos mais banais, com linguagem simplificada e direta. Com episódios e acontecimentos do cotidiano, que muitas vezes eram retratadas maliciosamente como acontecimentos esporádicos, de maneira superficial. Esse tipo de reportagem foi aguçando a curiosidade dos leitores. A sociedade da época foi se identificando com a linguagem as vezes rude e corriqueira dos jornais. É notório que a maioria da sociedade carioca era analfabeta ou de letramento baixo, mas o editorial focou justamente nesse público com charges e caricaturas. Assim sendo, o leitor inexpressivo passou a ser um cliente em potencial e consumidor dessa nova forma de literatura na cidade do rio de janeiro: o jornal¹³

sua estética, por meio do viés do jornalismo, se distinguiria principalmente pela simplicidade, pelo despojamento, contenção e espírito de síntese, aplicados a linguagem narrativa; enquanto que o tratamento temático se voltaria para o cotidiano, os tipos comuns, as cenas de rua, os fatos banais e a linguagem usual (SEVCENKO, 1995, p, 107).

Com também é fundamental concatenar que os principais escritores desses jornais eram pessoas letradas da sociedade carioca, que transformaram o mercado editorial do Rio de Janeiro num grande centro de referência¹⁴.

O principal fato que concedeu aos cariocas o título de capital jornalística da época foi resultante também da fixação naquela cidade

¹² Ver em Izamara Bastos, 2014. VI Congresso Nacional de História da Mídia, promovido pela Rede de Pesquisadores de Memória da Imprensa e a Construção da História da Mídia no Brasil (Rede Alfredo de Carvalho) em parceria com a Universidade Federal Fluminense (UFF). As especificidades de alguns dos principais jornais da época.

¹³ Correio da Manhã, 12/01/1906. Coluna: Na polícia e nas Ruas. p.3

¹⁴ Ver Barbosa, 2000, pp. 22-25. Com as transformações da cidade passa a ser um ambiente impar para os tabloides. O que vai gerar tensões pela luta e monopólio dos clientes.

dos grandes nomes das letras nacionais – romancistas, críticos, dramaturgos e poetas – que incontestavelmente fizeram a história do jornalismo brasileiro, concedendo aos diários da época textos próprios. (ASPERTI, 2006, p. 46).

A autora tem a percepção que existe uma colaboração entre os diversos setores de escrita da sociedade. Assim, poderia até existir um obstáculo entre os campos editoriais, mas seria uma barreira transponível.

Esta relação tão íntima entre grandes nomes da literatura do momento e periódicos na passagem do século, este pêndulo entre literatura e jornalismo que surge com a colaboração assídua dos literatos nacionais e estrangeiros nas folhas diárias como um todo, e a consagração recíproca gerada por esta parceria colaboram incontestavelmente na consolidação de um dos mais marcantes jornais nascidos no século XIX: a Gazeta de Notícias do Rio de Janeiro (ASPERTI, 2006, p. 47).

Mas uma questão fica pendente nesta análise, por qual motivo os homens das letras da época precisavam tanto assim dos jornais? Por acaso foi uma questão de reciprocidade ou puramente necessidade? Neste contexto, configurar-se-ia uma situação de causa e efeito? A autora esclarece que o problema era bem mais profundo. Essa relação quase íntima entre jornal e literatura tinha seus fundamentos mútuos.

o trabalho no jornalismo literário era imprescindível não só para a sobrevivência financeira do poeta como também para a divulgação de seu nome e do seu trabalho ao grande público leitor dos periódicos. Nomes respeitáveis da literatura e do meio cultural nacional desejavam ardentemente as páginas da Gazeta de Notícias; realizaram esse desejo Coelho Neto, Aluísio Azevedo, Pardal Mallet e José do Patrocínio, dentre outros. (ASPERTI, 2006, p. 48).

Segundo Sevcenko, um dos fatos mais evidentes da época era a notoriedade da imprensa influenciando e monopolizando a opinião pública¹⁵. Um dos grandes patrocinadores dessa máquina de informação eram os políticos e o próprio Estado¹⁶ “Quem não aparece no jornal não aparecerá nem no livro, nem no palco, nem em parte alguma. Morrerá. É uma ditadura” (SEVCENKO, 1995, p. 173).

¹⁵ Ver em: BARBOSA, Marialva, *Imprensa, Poder e Público*. Rio de Janeiro: Vício de Leitura, 2000. Como tabloides começavam a macular as classes, uma colaboração preciosa em relação aos jornais e suas disputas por públicos.

¹⁶ O *Jornal do Commercio* era um jornal conservador e se orgulhava desse filtro apenas para a elite. Assim, era um tabloide que não tinha aspirações em adotar inovações gráficas ou editoriais, muito menos destacar as ideias que eram contrassensos seja no império ou República na época, como as caricaturas e fotografias. Entretanto era o fato estar sempre alinhado com os grupos que estavam no poder, jamais abandonando essa postura.

Com isso, a imprensa era transformada num instrumento propagandístico. E, nesse sentido, um instrumento corrompido. É importante notar que grande parte dos jornais pertenciam a estrangeiros, sobretudo portugueses. Com isso, muitas das informações e reportagens favoreciam esses grupos em troca de mercês. Além disso, o principal veículo de informação do século XIX e XX era o jornal, desempenhando quase que uma verdade sumaria, pois, o material também era o mais acessível. Nisso, o poder de persuasão desse veículo era decisivo sobre o cotidiano da sociedade carioca. Uma vez que o jornal era “a fábrica de novidades” (SEVCENKO, 1995, p. 173). Assim, o diário era uma usina de rumores, zonzuns e escândalos. Mas, e se faltarem notícias? Para o autor, é preciso criá-las, ou seja, forjar notícias que aumentem a venda dos periódicos. A imprensa sempre esteve presente para relatar os acontecimentos dentro e fora dos cortiços¹⁷, retratando com ilustrações exageradas nas demolições. Mas as reportagens sempre ressaltavam a coragem do prefeito, representando-o quase como um guerreiro épico. Como exemplo do *Jornal do Brazil* que tratava as estalagens como uma criatura mitológica de várias cabeças, a *Hidra*¹⁸ (CHALHOUB, 2000, p. 18).

Os jornais, segundo Sevcenko, tinham certa bisbilhotice em destacar a imagem do homem bárbaro e incapaz da sociedade carioca: o morador do cortiço. Com isso, os tabloides foram deturpando o belo cenário que era mentalizado na sociedade, ao prejudicarem a Belle Époque carioca. Como também, para João do Rio os cenários dos indivíduos eram transpassados para o jornal como um livro aberto, o que acabava fazendo do jornal algo legítimo na época. Uma vez que os tabloides eram acima de tudo não só fofoca, mas um ponto de análise num verdadeiro raio x de como andar em ruas perigosas e suspeitas. Os próprios jornais se tornavam informantes dos suspeitos e gatunos rivais, principalmente nas casas de detenções.

O jornal é a história diária da outra vida, cheia de sol e de liberdade; é o meio pelo qual sabem da prisão dos inimigos, do que pensa o mundo a seu respeito. Não há cubículo sem jornais. Um repórter é para essa gente inferior o poder independente, uma necessidade como a monarquia e o céu. Anunciar um repórter nas galerias é agitar loucamente os presos (DO RIO, 1995, p. 161).

¹⁷ Ver em João do Rio, 1995, p. 161. Visita feita na casa de detenção revela que muitos que ali estão apreciam os jornais para observar se seus adversários foram mortos ou presos e por onde estão andando.

¹⁸ O destaque atribuído ao prefeito Barata Ribeiro em combater uma criatura/cortiço que se assemelhava com uma besta. Ver em Chalhoub, 2000, p.18.

Como já mencionado anteriormente, esse meio de comunicação se enrustiu de tal maneira que passou a exercer total controle da opinião pública. Assim, a literatura, a fotografia e o cinema se tornaram enfadonhos na transmissão de comunicação com o aprofundamento das mudanças na cidade do Rio de Janeiro. Pois, com essa modernização ou essa regeneração que o autor menciona, a informação literária vai perdendo o poder de comunicar, pois o leitor deixa de utilizar os meios alternativos e passa a buscar a informação exclusivamente pelos tabloides, os quais transmitiam as notícias de forma cada vez mais resumida e tendenciosa. Em outras palavras, a sociedade agora demanda uma nova forma de transmissão mais rápida e sintética da informação.

O jornalismo, com sua curiosidade pelo lado vulgar dos homens, acabou com os heróis. A guerra vista em pormenor e analisada tecnicamente, banalizou-se. **Até o mito de Paris desvaneceu-se diante da felicidade das viagens e do detalhamento microscópico dos jornais** (SEVCENKO, 1995, p. 96). (Grifos meus).

Assim, a ampla difusão dessa nova imprensa, e as mudanças sociais da recente república, determinaram o silêncio da literatura e das outras formas de transmissão de informação. Dessa forma, é de se notar que grande parte dos chamados intelectuais da época foram absorvidos pelo mercado do jornalismo. Com esse novo modelo de transmissão da informação, houve a dessacralização do intelectual e dos literatos tradicionais da sociedade, que se dissolveram em meio a esse novo ambiente. De tal modo, houve o refinamento do letramento nas edições dos jornais. Sevcenko ressalta que os jornais chegaram ao ponto de ter mais influência na sociedade que à própria igreja. O que deve ter causado rugas e estranhamento com à Cúria religiosa.

Segundo Sevcenko, o jornalismo desse período banalizou a linguagem dos literatos, impondo certa padronização na forma de escrita. O que permitiu o acesso das camadas letradas de todas as classes a tais publicações. A expressão e o estilo da escrita foram determinantes para que os literatos fossem depreciados por esse novo jornalismo. “A partir de meados da primeira década do século XX, a Gazeta de Notícias representa para os literatos colaboradores um meio de sobrevivência seguro” (ASPERTI, 2006, p. 47).

O destaque dado pelos jornais à chegada dos estrangeiros à cidade, e as ideias de embranquecimento da população em detrimento da negritude, vai insuflando as tensões devido à escassez de moradias e, principalmente, de empregos. Neste contexto, aumentam as agitações nas estalagens entre os negros que viviam sobre si e os recém-chegados estrangeiros, acirrando os ânimos da massa de desocupados e desordeiros na cidade do

Rio de Janeiro. A cidade estava atrativa por conta do anseio de se modernizar e de embranquecer. Os imigrantes, escravos, libertos e mestiços, iniciaram a batalha por um lugar ao sol, ou melhor, à sombra.

4 TRABALHO E DOMICÍLIO: EXISTIR OU SER COMPELIDO

Segundo Sevcenko, o Rio de Janeiro era muito atrativo para muitos grupos pelo horizonte hipotético de oportunidades de trabalho no contexto da modernização na capital do império e posteriormente da República. A Belle Époque decompôs a cidade num movimento de urbanização ao modelo parisiense, sem levar em consideração espaços urbanos marcados pela imigração e negritude, contingente que fazia a vida fluir mesmo nas suas ocupações pouco valorizadas. Mas o que poderia encantar esses grupos marginalizados a quererem permanecerem o Rio de Janeiro? Para o autor, muitas confrarias queriam a mesma coisa, existir perante a sociedade. Para os estrangeiros segundo Azevedo, era a possibilidade de acumular capital, uns com a perspectivas de voltar a sua terra natal, outros se misturavam tanto à população daquele lugar que se “encortiçava” a vida esquecendo da sua própria cultura. Para Carvalho, 50% dessa população era endossada pelos imigrantes, chegando principalmente nos primeiros anos da república “vieram engrossar a multidão dos jornaleiros, domésticos, ambulantes, todo um leque de ocupações variadas. Engrossavam também o número dos assaltantes, pivetes¹⁹, jogadores, malandros e vagabundos em geral. Era um Rio subterrâneo” (CARVALHO, 1987, 77).

É importante observar que a vadiagem era uma prática considerada ilícita pela sociedade e pelo Estado e cerceada através da polícia, o que vai nortear vários processos na obra de Sidney Chalhoub (1990). A mendicância para a coletividade da época era um grande problema, o que obrigou muitos desvalidos a procurarem abrigo para morar, pois era uma questão de sobrevivência e segurança para não ser encarcerado nas casas de detenções. Assim sendo, as pensões, casebres, moradias coletivas, casarões vulgo cortiços, tornavam-se possibilidades de moradias e guaridas para esses indivíduos. Embora apresentassem possibilidades de pagar o aluguel, isso não os livrava da repressão policial. Segundo Bilac, ter domicílio não era apenas uma questão de existir na sociedade, mas, sobretudo, ter a possibilidade de não ser preso. "Mas a polícia é feroz: a lei manda considerar vagabundo todo o indivíduo que não tem domicílio certo, - e não quer saber

¹⁹ A palavra já existia, ver Carvalho 1987.

se esse indivíduo tem ou não a probabilidade de arranjar qualquer domicílio” (BILAC, 1907, p.10). Os jornais destacavam o âmbito nocivo desses indivíduos.

Vagabundos; além de vagabundos, gatunos; além de gatunos, capoeiras! Isto é que é ter títulos de sobra! Pois os são essas três cousas ao mesmo tempo os seguintes malandros, que foram presos ante-hotem: Theodoro Antonio Alves, vulgo toma Nico, Antonio de Azambuja, vulgo Picharrinho, Severiano José Correa, Carlos de Carvalho, Gregorio Antonio de Mendes e Artur Cardoso (Gazeta de notícias, Sexta feira 7 de fevereiro de 1890).

Esses contextos de perseguições exacerbaram de tal maneira que multiplicaram às disputas por moradias e trabalhos na cidade do Rio de Janeiro, o que fez acentuar ainda mais as tensões entre os grupos minoritários em fins do século XIX e início do século XX, tonificado pelo horizonte do branqueamento da sociedade, provocando ainda mais os conflitos, uma vez que,

A oscilação entre o imigrante e o elemento nativo é o bastante significativo dessas tensões e se situa no cerne mesmo dos textos estudados. A abolição da escravatura liberara um enorme contingente humano errante e instável, economia e socialmente marginalizado, que em grande parte iria aglomerar nos subúrbios das grandes capitais, pouco mais que vegetando sob lastimáveis condições de vida e residência (SEVCENKO, 1995, p. 208).

Assim sendo, segundo Rodrigues, os negros mesmo livres ainda estavam presos a condição de cativos numa república degradante. Assim, tanto a abolição, por um lado, quanto a república por outro, não asseguraram a cidadania, especialmente para os negros. Essa notoriedade fez com que os desvalidos fossem absorvidos pela informalidade²⁰ do emprego, pelos pequenos ofícios e o comércio informal. Do mesmo modo, para Carvalho o submundo do emprego praticamente permeou antes e depois da república, assim é definido “o enorme contingente de trabalhadores domésticos, jornaleiros, de pessoas sem profissão conhecida ou profissões mal definidas. Este panorama representava em torno de 50% da população economicamente ativa com pouca variação entre 1890 e 1906” (CARVALHO, 1987, p. 76). Desta forma, as profissões eram mal remuneradas pela condição desses indivíduos, no entanto era de grande proveito para a cidade.

As mulheres trabalhavam em vendas ou quitandas, nas portas das casas, ou ambulantes, em tabuleiros, praticando o comércio de comidas feitas, principalmente preparados culinários africanos, muito do gosto da população, de condimentos, frutos, legumes, produtos da costa. Dos homens, os mais vigorosos são ganhadores ou mariolas, e poucos

²⁰ Ver carvalho, p. 17. As fronteiras entre a legalidade e a ilegalidade acabava se confundindo.

conduzem ou carregam as últimas cadeirinhas ou panaquins; outros são aguadeiros; alguns são pequenos lavradores ou criadores nos arbaldes ou roças das vizinhanças da cidade. Outros ainda são criados ou encarregados de cuidar do asseio dos grandes prédios da cidade baixa ou comercial. A esse emprego fazem jus pela reputação de confiança da qual gozam (NINA RODRIGUES, 2008, p. 96).

A tensão entre estrangeiros, mestiços e negros na cidade era iminente, principalmente na questão econômica. Sevcenko destaca um “cosmopolitismo agressivo”²¹. Nesse sentido, não se pode negligenciar que a febre demolitória e o conjunto de interesses dos investidores nacionais e estrangeiros, nomeadamente, o Estado, em expulsar os cortiçeiros da área central da cidade que enfeava o Rio, desencadeou repulsa entre os grupos minoritários que faziam girar as ocupações do submundo do emprego. Portanto, as moradias populares e os indivíduos que ali residiam eram considerados, pelo Estado e camadas aburguesadas, o atraso da “belle Époque” carioca.

Com isso, as camadas pobres que viviam nesses lugares eram consideradas desordeiras e a sujeira da cidade, os mendigos eram caçados pela polícia e tirados a força de circulação, geralmente enviados para asilos. Segundo Sevcenko, a falta de domicílio e a carência de emprego multiplicada os desocupados, transformando-os potencialmente em classes perigosas a serem alvos das autoridades policiais nas manchetes de jornais. “Joaquim das neves que já era conhecido como vagabundo, foi ante-hontem mais uma vez ao xadrez por ter furtado treze groma de botões em um armazém de importação, a rua da Alfandega” (Gazeta de notícias. Sexta feira, 9 de janeiro de 1890).

Nesse panorama, a polícia tinha a competência para reprimir mendigos e vadios compulsórios desde de 1897. A capacidade dos asilos para receber esse tipo de gente já estava esgotada de tal forma que houve uma crescente criminalidade na cidade do Rio de Janeiro, em conformidade com a ausência de moradia e principalmente trabalho.

Ora na condição de elevado índice de desemprego estrutural e permanente sob que vivia a sociedade carioca, grande parte da população estava reduzida a situação de vadios compulsórios, revezando-se entre as únicas práticas alternativas que lhes restavam: o subemprego, a mendicância, a criminalidade, os expedientes eventuais e incertos. Isso quando a penúria e o desespero não os arrastavam ao delírio alcoólico, à loucura ou ao suicídio (SEVCENKO, 1995, p. 59).

As ocupações que estavam mais presentes na cidade era caixeiro de botequim, servente de pedreiro, trapeiros, papeleiros, cavaqueiros, chumbeiros, caçadores de gatos,

²¹ Tensão iminente entre diferentes grupos para poucas moradias e trabalhos, ver Sevcenko, p. 30.

coletores de botas e sapatos, ratoeiros, ledoras de mãos, tatuadores, vendedores ambulantes de orações e literatura de cordel e os compositores de modinha. Uma questão fica pendente nesta análise: tudo o que é achado na cidade é aproveitado e reutilizado pelos indivíduos e, de certa forma, os meios de sobrevivência nas formas mais ilícitas e mendicantes ludibriavam as autoridades policiais. Sendo assim, podemos questionar o porquê de a polícia não prender esses ociosos em especial. “A polícia não os prende, e, na boemia das ruas, os desgraçados são ainda explorados pelos adelos, pelos ferros-velhos, pelos proprietários das fábricas” (DO RIO, 1995, p. 24). Assim, os desfavorecidos acabam sendo matéria-prima para outros setores da sociedade. Ser útil e utilizado na sociedade são duas coisas distintas nesse cenário.

Assim, sabemos que o processo histórico por que passou a cidade do Rio de Janeiro na Primeira República apresentou um traço continuísta fundamental em relação aos tempos coloniais e imperiais: a continuação da subordinação social dos brasileiros de cor. Ou seja, o negro passou de escravo a trabalhador livre, sem mudar, contudo, sua posição relativa na estrutura social [...] os brasileiros de cor foram, ou continuaram a ser, os grandes perdedores (CHALHOUB, 1986, p. 57).

Assim sendo, a condição de tais indivíduos corrobora para uma posição favorável da sociedade às demolições, de causa e efeito, não apenas de saúde pública, mas para uma especulação da área central da cidade, promovendo espaços mais rentáveis para setores econômicos da sociedade. Em consequência disso, as classes pobres foram sendo afastadas para longe do centro do Rio, o que valorizou a região, pois as estalagens estavam causando transtornos ao processo de embelezamento e embraquecimento da população. Por esse motivo, era preciso dissolver esse tipo de moradia e seus moradores.

Todavia, os cortiços não apenas se apresentavam como insalubres, mas principalmente eram um antro de desocupados (DO RIO, 1995). O não-trabalho e a ociosidade geravam um grande desconforto na sociedade em fins do século XIX e início do século XX. Vale ressaltar que 10% da população carioca vivia nos cortiços, e os demais geralmente moravam nos seus respectivos empregos (VASSALLO, 2010). Boa parte desses indivíduos trabalhava na informalidade. Não ter trabalho significava ser um indivíduo potencialmente suspeito na sociedade fluminense, eram os chamados vadios compulsórios e vagabundos. Muitos dormiam de favor nos cortiços e outros se amontoavam nos quartos de alugueis para não serem presos.

Grande parte desses pobres entes fora atirada ali, no esconderijo daquele covil, pela falta de fortuna. Para se livrar da polícia, dormiam

sem ar, sufocados, na mais repugnante promiscuidade. E eu, o adido, o bacharel, o delegado amável estávamos a gozar dessa gente o doloroso espetáculo! [...]. Desci. Doíam-me as têmeoras. Era impossível o cheiro de todo aquele entulho humano (DO RIO, 1995, p. 123).

Nesse ambiente que buscava um modelo urbanístico inspirado no padrão de Paris, o submundo do emprego existia num espaço de “profissões ignoradas”. Como já mencionado anteriormente, era como se houvesse tolerância por parte das autoridades, já que é detectado trânsito livre na extensão da cidade para os trabalhadores informais. Segundo Sevcenko, há uma apropriação necessária das ferramentas (baldes, malas, carroças e etc.) que são utilizadas por esses grupos na execução dos serviços prestados, seja no comércio, nas ruas ou em pequenas fábricas. É até curioso o fato de que as autoridades, no processo de abertura das grandes avenidas, tolerassem esse tipo de gente e sua atividade de ocupação: carregadores, covoqueiros e principalmente quitandeiras (ver anexo D). Essas ocupações eram úteis para a vida da cidade, sobretudo no último quarto do século XIX. “A metade daquele gado humano trabalhava; rebentava nas descargas dos vapores, enchendo paióis de carvão, carregando fardos” (DO RIO, 1995, p. 123). Assim, grande parte daqueles homens sem profissões definidas moravam nas freguesias de Santana e Santa Rita, por ser próximo do cais e dos empregos, em consequência das disputas por trabalho. Essa ideia de ocupação e transformação da cidade está em consonância para civilizar os bárbaros, “educar o liberto significa transmitir-lhe a noção de que trabalho é o valor supremo da vida em sociedade” (CHALOUB, 1986, p. 43). Assim sendo, trabalho e cidadania acabavam se complementando, mas não significaria que o indivíduo fosse reconhecido como cidadão. Neste cenário, até os imigrantes eram estigmatizados caso não produzissem valor ativo para a sociedade. O que geraria punição²²,

O artigo terceiro do projeto em questão sobre a repressão da ociosidade prevê que os estrangeiro reincidente do delito de vadiagem poderá ser expulso do país [...] as classes dominantes pensavam que o imigrante deveria ser “morigerado, sóbrio e laborioso” [...] o imigrante deveria servir de exemplo ao trabalhador nacional [...]. Dentro desse contexto, é fácil entender o porquê do rigor da pena do estrangeiro que era detido por vadiagem: destinado a servir de exemplo, de protótipo do trabalhador ideal na ordem capitalista que se anuncia, sua não-adequação a estes parâmetros era vista como uma ameaça à ordem social (CHALHOUB, 1986, pp. 48-49).

²² Ver Chalhoub, capítulo: Sobrevivendo. As resoluções de repressão em relação a pratica do ócio e vadiagem, com destaque para a ideia de como era encarrado o imigrante e sua possível punição, pp. 48-49.

É verdade que um dos homens das letras que assistiu de perto como essa população era e por que eram presos ou estavam nas ruas era João do Rio, porquanto em muitas oportunidades testemunhava vários dos eventos. O que fica evidenciado em muitas situações destacadas em seu livro, “A Alma Encantadora das Ruas” (1995), para que os informes chegassem até ele, circulava pela cidade em busca dessas notícias. Como se vê, ele era um indivíduo para além do seu tempo, o que o transformou muito mais em cronista do que em repórter. Assim, o autor se desdobra entre flunar²³ e ser colunista. Ele vai caracterizando as especificidades dos logradouros flanando as ruas que têm alma e características únicas.

Nesse sentido, só se obteria informação fidedigna perambulando, se misturando com os chamados vagabundos²⁴ da época, os desocupados e os sem moradia, aqueles que eram os focos potenciais de delitos pela polícia nas ruas e casebres. Assim, o autor utiliza bastante algumas metáforas para debruçar seu olhar em becos e vias apertadas. Na visão de João do Rio, era aí que estavam as ilicitudes para as notícias, sobretudo aonde tinham desocupados na categoria do não trabalho, o que era crime. Deste modo, esses indivíduos mesmo que não fossem vagabundos eram transformados em vadios compulsórios como sinônimo de delinquência. Por isso, um dos únicos lugares para pessoas desse porte eram as hospedarias insalubres, que serviam, em inúmeras vezes, como esconderijo.

A mando da autoridade superior, os agentes chegavam a vela bem perto das caras, passavam a luz por baixo das camas, sacudiam os homens pesados a dormir. Não havia surpresa. Os pobres entes acordavam e respondiam, quase a roncar outra vez, **a razão por que estavam ali, lamentavelmente [...]. O sr. Delegado alteando a voz, deu ordem para não deixar sair ninguém sem ser revistado. O encarregado, com perdão do sr. delegado e das outras senhoritas, descompunha o pequeno (DO RIO, 1995, pp. 121-122). Grifos meus.**

Assim, ficou ratificado que o artigo 83 do regulamento sanitário de 18 de janeiro de 1890, autenticava com amplos poderes para a Junta de Higiene, “quase um quarto poder” (CHALOUB, 2000, p. 50). Assim, esse dispositivo causou constrangimento no próprio órgão regulatório, pois não permitia recurso aos corticeiros que tentavam se enquadrar nas normas, porquanto era vetado ao ministro do interior que acatasse o apelo dos corticeiros, o que fortaleceu e legitimou ainda mais a junta de higiene que realizava

²³ É a distinção entre vagabundagem e perambular com inteligência. Ver João do Rio, pag. 5.

²⁴ O termo vagabundo segundo Chalhoub (1986) faz referência a homens pobres e a aplicação desse termo esta intrinsecamente ligado a “relação de poder” na sociedade carioca e não a “qualidade” dos indivíduos, p. 186.

inspeções em colaboração com a polícia, pois isso afastaria qualquer balbúrdia, resistência²⁵ e facilitaria a apreensão de suspeitos.

Declarou ainda, que a cada delegado, por solicitação atendida pelo ministério da justiça, vai ser dada uma praça para acompanhar a autoridade sanitária em seus trabalhos; e, depois de mais algumas recomendações relativas ao serviço, deu por encerrado a reunião. (Gazeta de notícias, sexta feira 10 de janeiro de 1890).

No contexto histórico da segurança na América Portuguesa, a polícia era utilizada em diversos setores da sociedade, principalmente após a chegada da família real. Segundo Coaracy, a polícia acumulava inúmeras funções, e impetrava uma pessoa de confiança para a Intendência de Polícia.

Na velha linguagem, tinha o vocábulo polícia extensão muito mais ampla que hoje reconhecemos. Não se limitava a ação da Polícia à manutenção da ordem pública e a prevenção e repressão de crimes e delitos. Estendia-se, poderosa, aos mais variados setores da comunidade. O Intendente geral da Polícia era autoridade de alta categoria e amplos poderes [...], outras seções da administração, compreendendo encargos que hoje cabe a magistratura, à prefeitura e ao conselho municipal, **à repartição de higiene** e até ao Ministério da Agricultura, por excessivo que pareça (COARACY, 1988, p. 162). **Grifos meus.**

Chalhoub ressalta que houve uma advertência maior aos cortiços com a ascensão do governo provisório²⁶. Com a nascente república também cresceu a repressão às estalagens. “O governo provisório da República por meio de um decreto de 18 de janeiro de 1890, baseado no artigo 82, permitia não apenas o fechamento, mas a destruição dos estabelecimentos insalubres considerados como foco de infecção” (AGIBERT, 2010, p. 38) onde os higienistas eram mais repressores. A partir desse momento, segundo o autor, o governo estava disposto a lançar meios violentos, uma vez que alguns moradores se recusavam a sair dos cortiços depois da ordem de fechamento, pois alegavam que não tinham para onde ir.

a Inspetoria de Higiene ordenou o fechamento da estalagem da rua da Conceição, n° 95. O arrendatário respondeu que não poderia cumprir a ordem porque os moradores se recusavam a deixar o local. Consultado sobre o impasse o ministro do interior ordenou que a autoridade policial agisse para "tornar efetiva semelhante providência" (CHALHOUB, 1996, p. 47).

²⁵ Ver BRETAS, Marcos Luiz. cit., p. 100. Sobre as resistências populares e até agressão aos agentes do Estado (higienistas) que em algumas oportunidades precisavam de escolta.

²⁶ A chamada Republica da espada.

Mas uma questão fica pendente, a exemplo do cabeça de porco, da rua Barão de São Felix, por qual motivo serem demolições tão abruptas a ponto de utilizar a violência? De acordo com o que foi exposto,

é preciso ao menos mencionar um outro motivo para a truculência contra os cortiços neste contexto: tais habitações foram um importante cenário da luta dos negros da Corte contra a escravidão nas últimas décadas do século XIX. Em outras palavras, a decisão política de expulsar as classes populares das áreas centrais da cidade podia estar associada a uma tentativa de desarticulação da memória recente dos movimentos sociais urbanos (CHALHOUB, 2000, p. 25-26).

Por isso a situação sanitária veio a ser um caso de polícia, o próprio ministro orientou os inspetores gerais de higiene que qualquer problema que surgisse na hora da vistoria ou embargo da estalagem era aconselhado chamar a polícia, caso precisasse recorrer à força. Assim, o órgão policial deveria acatar imediatamente ao chamado dos higienistas. No entanto, as tensões começaram a vir à tona de todos os lados. “A situação se complicou nos meses seguintes com o aumento dos protestos dos proprietários, a inquietação dos inquilinos e os desentendimentos entre os diferentes órgãos da própria administração pública” (CHALOUB, 2000, p. 48). Desse modo, as inspeções feitas pelas autoridades policiais e de saúde, que habitualmente agiam com violência nos cortiços, tinham como alvos preferenciais os negros, mas não eximiam os imigrantes. “os agentes abriam caminho, acordando a canalha com a ponta dos cacetes” (DO RIO, 1995, p. 122). Mas essa violência era respaldada em que? Na violência ou no poder?

Essa força foi utilizada e respaldada não apenas dentro dos cortiços, mas também no seu entorno. Desta forma, o ócio é encarado como um ato de imoralidade, fator que vai contra o modelo almejado no processo de regeneração da cidade.

Sendo assim, a ociosidade é um estado de depravação de costumes que acaba levando o indivíduo a cometer verdadeiros crimes contra a propriedade e a segurança individual. Em outras palavras, a vadiagem é um ato preparatório do crime, daí a necessidade de sua repressão (CHALOUB, 1986, p. 47).

Assim sendo, o discurso disciplinar para as classes perigosas era uma retórica das políticas públicas do Estado, ou seja, a perseguição às moradias populares. No entanto, ao contrário de dar guarida aos desfavorecidos, era uma forma coercitiva – impositiva – os próprios desfavorecidos começavam a brigar entre si. Fanon provoca tecendo que o sonho do colonizado é pegar o lugar do colonizador.

Mais do que acirrar a repressão, a produção dos processos nas delegacias acabou por facilitar as prisões justificadas apenas na suspeita ou que, no fundo, **se baseavam em questões pessoais entre a autoridade policial e o acusado. Os meganhas – ao menos os de baixa patente, como os praças que faziam a ronda pelas ruas – também eram trabalhadores pobres, muitos deles negros e moradores dos mesmos bairros populares e até dos mesmos cortiços que aqueles que prendiam.** Muitos poderiam frequentar os mesmos botequins e bailes que as suas potenciais vítimas. O próprio Regulamento para o Serviço Policial do Distrito Federal, de 1903, estimulava que os inspetores seccionais, responsáveis por dar parte ao delegado das ocorrências na seção de sua responsabilidade, tivessem familiaridade com a região compreendida por sua seção, de forma a “mostrar-se conhecedor das pessoas residentes em sua seção”. Essa proximidade e convivência podiam gerar conflitos pessoais que eram resolvidos na demonstração de poder do policial sobre as vítimas. Muitos indivíduos poderiam ser enquadrados simplesmente por estar andando nas ruas em horários considerados impróprios ou por alguma “picuinha” do meganha. A suspeição estava cada vez mais generalizada e se o policial cismasse com alguém, era prisão na certa (ARANTES, 2005, p. 50). **Grifos meus.**

O discurso conceitual de violência e poder, de Hannah Arendt na sua obra "Sobre a violência", e "Os condenados da terra", de Franz Fanon, propõem análises distintas a seguir. Para a autora, toda e qualquer violência se respalda em leis que regem uma sociedade, não é violência, mas poder, pois, foram os cidadãos daquela localidade que deram respaldo para que a força fosse usada quando necessária. Entretanto, Arendt alerta para o fato de que

é insuficiente dizer que o poder e violência não são o mesmo. Poder e violência são opostos; onde um domina absolutamente, o outro está ausente. A violência aparece onde o poder está em risco, mas, deixado a seu próprio curso, ela conduz a desaparecimento do poder. Isso implica ser incorreto pensar o oposto da violência como a não-violência; falar de um poder não-violento é de fato redundante. A violência pode destruir o poder; ela é absolutamente de criá-lo [...]. Com isso, não pretendo equacionar a violência ao mal; quero apenas enfatizar que a violência não pode ser derivada de seu oposto, o poder (ARENDRT, 1994, p. 44).

Segundo a autora, a violência só apareceria se o poder legitimado fosse destituído e suprimido pela violência. Assim, a violência não criaria poder, mas desordem. “Estavam se engendrando os instrumentos legais para a guerra de extermínio contra os cortiços ou – o que dá quase no mesmo – para a política de expulsão das classes pobres / classes perigosas das áreas centrais da cidade” (CHALOUB, 2000, p. 34). Em contrassenso a essa ideia, para Fanon (1968) toda e qualquer violência iniciada do poder para coagir a população não é poder, mas violência. Uma coisa e outra pode se confundir, o que geraria

o que o autor denomina de zona cinzenta, uma vez que, para o autor a sociedade está dividida em compartimentos e lados opostos, onde o legal e o ilegal mesclam-se.

Seja como for, o que se anunciava na ocasião era um verdadeiro combate. Três dias antes os proprietários do cortiço haviam recebido uma intimação da Intendência Municipal para que providenciassem o despejo dos moradores, seguido de demolição imediata de todas as casinhas. A intimação não fora obedecida, e **o prefeito Barata Ribeiro prometia dar cabo do cortiço à força** (CHALHOUB, 2000, p. 15). **Grifos meus.**

O prefeito Barata Ribeiro defendia a força desproporcional como medida final sobre o que ele próprio dizia causar o malefício na cidade, no caso, os cortiços. Esses lugares eram tratados como “valhacouto de desordeiros” (CHALHOUB, 1996, p. 16). A questão foi tratada como uma operação de guerra, com a cavalaria da polícia fazendo com que a circulação dentro e no entorno do cortiço fosse bloqueada. Havia também a presença de inúmeros agentes públicos. Mas a questão é, foi violência ou poder? Para os padrões da época foi legitimado pelas motivações para derrubar aquilo que era contra a própria coletividade. A classe desfavorecida enxergava como grave violência, e a elite do Estado não, pois estava respaldada na lei, e esta, em nenhum momento, foi transgredida. Pelo contrário, ela foi cumprida, e se alguém saiu ferido é por que foi necessário para o cumprimento da lei. E ao varrer o cabeça de porco e outros cortiços, vários jornais ovacionavam o prefeito como um grande feito para a época.

O prefeito Barata Ribeiro e o chefe de polícia da capital federal assumiram pessoalmente o comando das operações; e uma numerosa equipe se fez presente para auxiliá-los: o dr. Emídio Ribeiro, engenheiro municipal, o dr. Artur Pacheco, médico municipal, o dr. Frederico Froes, secretário da Inspetoria no distrito, e mais o fiscal da freguesia, guardas fiscais, oficiais do exército, da armada, da brigada policial, e alguns intendentos (equivalentes aos atuais vereadores) (CHALHOUB, 2000, p. 16). **Grifos meus**

Em 1906, segundo José Murilo, a revolta da vacina escancarou que o principal inimigo não era a vacina, mas a violência do governo para cumprir as determinações sanitárias. Mas, para além da lei, os moradores se sentiram violados pelas suas mulheres e esposas, como também por seu lar. Nesse sentido de opressão pelas autoridades, Chalhoub (1986), discorre essa concepção de pouca confiança nas autoridades do Estado, ou ausência total dela, sobretudo na polícia.

O governo sem prestar maiores esclarecimentos à população, decretou a vacinação obrigatória, formando brigadas sanitárias, grupos encarregados de promover a vacinação, que utilizavam grande

violência contra o povo para atingir seu objetivo, gerando um profundo descontentamento. A oposição monarquista se aproveitou para estimular a rebelião, que ocorreu nos bairros, **onde a população ergueu barricadas e, com paus e pedras, enfrentou a polícia** (GARCIA, 2009, p. 129). **Grifos meus.**

Resistir a autoridade policial, portanto, era o comportamento que predominava entre os populares [...]. Os membros das classes populares possuíam um conhecimento prático de que tinham que desconfiar da autoridade constituída, boicotar sua ação e resistir com violência quando possível. E às vezes, esta resistência era bem-sucedida. Além de homens pobres espancados e feridos por guardas civis e inspetores, o testemunho histórico também registra casos de meganhas vaiados, surrados e perseguidos por populares (CHALHOUB, 1986, pp. 197-198). **Grifos meus.**

Nesse sentido, o contexto histórico das moradias populares já mostra grande preocupação desde do projeto de 1853 para a regulamentação dos estalajadeiros. Nessa época, foi encaminhado pela secretaria de polícia orientações aos subdelegados para que fossem feitas visitas periódicos nas moradias populares certificando-se de que não havia vadios compulsórios, estrangeiros em situação irregular e pessoas suspeitas. No entanto, Chalhoub destaca que os órgãos públicos estavam aparelhados de dispositivos legais, desde a proibição da construção dos cortiços à interdição permanente. Com isso, os objetivos eram sobretudo o aniquilamento dos cortiços das áreas potencialmente econômicas, uma vez que esses indivíduos residiam em lugares insalubres e propensos à criminalidade, fator que potencializava as qualidades de vagabundos e desordeiros, induzindo-os ao vício. Mas qual o vício? O vício do não-trabalho que potencializa o ócio.

Essas moradias coletivas não eram apenas locais de propagação de doenças, mas também formavam diversas modalidades de comportamento social consideradas impróprias pela sociedade carioca. Diante disso,

Os legisladores brasileiros utilizavam o termo “classes perigosas” como sinônimo de “classes pobres”, e isto significa dizer que o fato de ser pobre torna o indivíduo automaticamente perigoso a sociedade. **Os pobres apresentam maior tendência à ociosidade, são cheios de vícios, menos moralizados e podem facilmente “rolar até o abismo do crime”** (CHALHOUB, 1986, p. 48). **Grifos meus.**

Nesse contexto de depreciar as pessoas que viviam nas estalagens, basicamente no discurso de alteridade muito bem trabalhado por Todorov (1982) e Restall (2006) em relação aos ameríndios, a questão fundamental nessa discussão é alteridade-superioridade e a inferioridade dos indivíduos encortçados. Nesse contexto, pessoas e lugares eram taxados como seres potencialmente criminosos que precisavam estar submetidos à tutela

do Estado. Assim, segundo Carvalho, “todos teriam registros na polícia, ou ficariam sem onde morar, caso o proprietário cumprissem rigorosamente a lei” (CARVALHO, 1987, p. 36). Mostra-se inegável que quem residia nas moradias populares eram pessoas consideradas suspeitas, a margem da sociedade. E também, como atestam as pesquisas de campo realizadas por João do Rio (1995), a lei só tinha alguma valia através da força policial. Mas, e se o cortiço ou as pessoas que nele moravam estivessem dentro das normas? O pensamento a seguir nos apresenta esse ponto de reflexão, antes e nos primeiros anos de república.

No interior de um confronto de classes absolutamente desigual, o que predominou foram os punhos cerrados da polícia, para quem, no Brasil, as leis nunca tiveram muita importância e o abuso de poder sempre foi a regra [...] as operações policiais na primeira república não pretendiam outra coisa senão excluir e, sempre que possível, exterminar os que ameaçavam a paz da burguesia ou o projeto eugênico de progresso (PATTOS, 1999, p. 11).

Portanto, para Chalhoub, era fundamental forjar a construção de categorias para motivar a febre demolitória na cidade do Rio de Janeiro no final do século XIX, sendo assim, criaram-se as denominações perniciosas “classes pobres e classes perigosas”, como algo indissociável para a convivência na cidade carioca. Com isso, os cortiços do Rio de Janeiro eram vistos como pardieiros de gente potencialmente perigosas e prejudicial à sociedade carioca²⁷. De fato, como a historiografia demonstra, esses espaços eram constituídos de uma verdadeira gama de indivíduos diferenciados, com suas motivações que iam do trabalho à criminalidade. Esses recintos eram utilizados com diversos objetivos, desde moradias à esconderijos, tanto do homem livre quanto do escravo.

misturar-se à população variada de um cortiço podia ser um ótimo esconderijo, caso houvesse a opção pela fuga. Em suma, o que estou querendo sugerir é que o tempo dos cortiços no Rio foi também o tempo de uma intensificação de lutas de negros pela liberdade, e isto provavelmente teve a ver com a histeria do poder público contra tais habitações e seus moradores (CHALLOUB, 2000, pp. 28, 29).

Nesse viés, liberdade e cidadania era algo muito fluido, antes e depois da república, sobretudo pós abolição. Desse ponto de vista, o termo cidadania expandiu-se para a questão de identificar quem constituiria a nação. Poderíamos questionar quem era o povo afinal dessa recém-nascida república, considerando que uma parcela dos indivíduos não

²⁷ Ver Soares, 1994, p. 107. Contexto histórico das casas coletivas de negros e negros livres, lugares e pessoas potencialmente “suspeitos”. Assim batidas policiais eram constantes.

fazia parte da categoria povo. Costumes, bandeira e línguas diferentes, sendo assim, no início da república nasceu diversas concepções de cidadania, com isso não há povo, mas povos. Desse jeito,

A castração política da cidade e sua transformação em vitrina, esta última efetivada nas reformas de Rodrigues Alves e na grande exposição nacional de 1908, inviabilizaram a incorporação do povo na vida política e cultural. Porque o povo não se enquadrava nos padrões europeus nem pelo comportamento político. Nem pela cultura, nem pela maneira de morar, nem pela cara (CARVALHO, 1987, p.162).

A cidadania não encantava os portugueses. No censo de 1890 eles são classificados como “outros” dentro da naturalização e status dos africanos. Segundo Carvalho, os estrangeiros não viram muitas vantagens na cidadania brasileira, pois, sendo ou não cidadão, não fazia muita diferença em termos de direitos. Com isso, foi se construindo um forte imaginário de que as pessoas de cor, estrangeiros, pobres, desocupados e moradores de cortiços, não eram confiáveis. Os negros se tornavam suspeitos preferenciais, mesmo por que eram egressos da escravidão.

Conforme Coaracy, a maioria dos negros tinha acordos com o patrão para suprir sua subsistência na cidade: os negros viviam sobre si, dessa forma, necessitavam de meios para a manutenção dos acordos firmados com o patrão, pois viver sobre si significava uma pequena liberdade na qual se escapava do trabalho forçado e dos castigos físicos.

Para evitar o castigo, quando não realizavam a fêria, muitos pretos de ganho praticavam pequenos furtos que procuravam vender a fim de perfazer a importância. Contribuiu isto para lhes dar má reputação; mas a figura do preto de ganho era comum nas ruas da cidade até as vésperas da abolição (COARACY, 1988, p, 287).

Desta forma, os negros faziam uma leitura política da situação, na qual imaginavam que estar longe das fazendas e dos castigos físicos, morando na cidade, significaria um passo para a liberdade.

Conseguir autorização para morar fora da casa do senhor, portanto, era algo que os escravos valorizavam – era um passo, pelo menos simbólico, no sentido de liberdade. E para escravos, assim como para libertos e negros livres em geral, as alternativas viáveis de moradia na Corte no período eram cada vez mais os cortiços e as casas de cômodos (CHALHOUB, 1990, p. 239).

Com isso, os únicos lugares para sobreviver eram os cortiços. Ter moradia significaria uma quase liberdade? Chalhoub chama atenção para a leitura social que os escravos faziam das estalagens. A obra do autor corrobora para a análise da questão da

cooperação entre aqueles que moravam nas casas de cômodos. Nesse sentido, apresenta a forma como é encarada a sociabilidade entre os desvalidos nesses ambientes. As moradias populares eram vistas como espaços de vida, nos quais se utilizava o território como lugar onde ocorriam afinidades sociais de circunvizinhança, de solidariedade e as relações de poder, que demonstravam certas particularidades dos espaços de vida dos habitantes das moradias populares.

5 CORTIÇO: ESPAÇO DE SOCIABILIDADE

O acanhado espaço urbano do cortiço projeta um território onde os cidadãos que nele residem estabelecem métodos e vivências numa dinâmica conveniente, e na maioria das vezes imperceptível aos olhos daqueles que estão dentro desse jogo de interesses. De tal modo que as dimensões econômicas, sociais, políticas e culturais se entrelaçam no cotidiano. As estalagens acabam sendo uma peça à parte nessa sociedade, o que não quer dizer que os indivíduos se sintam integrantes dela, como ficou evidenciado no capítulo anterior.

A concepção popular de moradia como espaço de sociabilidade se choca frontalmente com a representação do lar veiculada pelo discurso urbanístico da época. Através deste, procurava-se inculcar nas camadas populares os valores burgueses da privacidade, regularidade de hábitos e produtividade. A "comunidade fabril" era apresentada, então, como modelo de integração social. Em contraposição, as favelas e cortiços eram conceituados como "não-casas", aparecendo como núcleo da desordem, insalubridade e, principalmente, promiscuidade [...] Não existe a rigorosa segmentação de espaços, onde cada cômodo tem uma função precisa. Faz-se de tudo em todos os lugares. **Assim, é comum que o espaço do sono se misture com o do lazer, trabalho e alimentação. Enquanto trabalham, as mães olham os filhos, trocam confidências íntimas com as comadres, cantarolam, dar e ouvem conselhos. Enfim, a casa não é o "lar, doce lar", reduto da intimidade, mas ponto de referência e união de forças para enfrentar a luta cotidiana** (VELLOSO, 1989, pp. 214-215). **Grifos meus.**

Por isso, para Velloso, o aproveitamento da circunvizinha do cortiço com suas potencialidades de aproveitamento do espaço, faz com que as estalagens se transformem numa sociabilidade espacial enraizada na cultura afro-baiana, principalmente nas freguesias de Santana e Santa Rita. Essa memória era encabeçada pelas mulheres, que nas diversas oportunidades acabavam transformando suas moradias em certas manufaturas de afazeres.

Os cortiços eram locais não só de moradia possível de muitos, mas, principalmente para as mulheres, local de trabalho de suas tarefas domésticas feitas para fora: as lavadeiras trabalhavam cercadas por suas crianças, as doceiras, confeitadeiras, costureiras tornavam essas habitações coletivas pequenas unidades produtivas (MOURA, 1995, p. 54).

Com isso, o micro espaço das estalagens se torna muito mais que um pedaço do todo da sociedade carioca, passa pelo campo da experiência, tornando-se um micro espaço no ambiente urbano, consistindo assim num recorte social dessa sociedade e, desta forma, estabelece um território como espaço próprio de socialização e modos de viver. Nesse sentido, evidencia-se esse emaranhado de interesses de grupos diversos²⁸

Esses espaços de moradia coletiva são importantes para entender a experiência dos trabalhadores do porto pois, se era nesses lugares que morava grande parte daqueles homens, também era aí que se estabeleciam laços de solidariedade e eixos de conflito entre pessoas de origens diversas. Assim, ao dividirem o mesmo teto, negros e brancos, portugueses e brasileiros, enfim, pessoas de diferentes cores e nacionalidades compartilhavam experiências e estabeleciam trocas culturais (ARANTES, 2005, p. 35).

De acordo com o conceito de sociabilidade de Simmel, quanto mais próximos os indivíduos estão, mais a tensão ocorre entre os sujeitos, seja consciente ou inconscientemente, explícito ou velado nos ambientes. Com isso, toda relação torna-se um jogo de interesses, necessidades, utilidades, oportunidades e desejos. Assim, alguns elementos são pré-estabelecidos ou coercitivos. O que acaba levando os indivíduos a ingressarem num jogo de escolhas constantes. Para Simmel, uma sociedade assume a forma a partir do momento que os atores sociais criam relações de interdependência ou estabelecem contatos e interações sociais de reciprocidade. O autor constrói essa retórica conjugando o conceito de sociação para fundamentar a sociabilidade, sendo assim,

o conflito é uma forma de sociação. À primeira vista, isso soa como uma pergunta retórica. Se todas as interações entre os homens é uma sociação, o conflito, - afinal uma das interações mais vivas, que, além disso, não pode ser exercida por um indivíduo sozinho, - deve certamente ser considerado como sociação. E, de fato, os fatores de dissociação - ódio, inveja, necessidade, desejo, - são as causas da condenação, que irrompe por causa deles. Conflito é, portanto, destinado a resolver dualismos divergentes, é uma maneira de conseguir

²⁸ Segundo Carlos Eugenio já havia uma boa porcentagem de estrangeiros instalados nos cortiços já em 1856. A maioria era de portugueses, seguidos pelos brasileiros. Ver em: A negregada instituição: os capoeiras no Rio de Janeiro. Rio de Janeiro, Secretaria Municipal de Cultura, Depto. Geral de Doc. e Inf. Cultural, Divisão de Editoração, 1994. p. 159.

algum tipo de unidade, mesmo que seja através da aniquilação de uma das partes em litígio (SIMMEL, 1964, p. 569).

Nesse sentido, as fronteiras e limites de uma sociedade acaba sendo difuso e transitório. Nesse ponto, há uma concordância entre Simmel e as abordagens de Nobert Elias, onde essas relações recíprocas se tornam tecidos sociais que nunca estarão acabados, por estarem sempre em movimento e se entrelaçando, já que os indivíduos acabam formando uma rede de interdependência, como um jogo de xadrez, onde cada peça afeta o todo e essa rede acaba equilibrando o jogo de tensões.

Nesse panorama evidenciado e bem trabalhado nas primeiras décadas da metade do século XIX, Sidney Chalhoub, em *Visões da Liberdade* (1990), desponta o porquê da nomenclatura “cidade negra” embaralhava o coletivo de cativos e negros forros com o restante da sociedade no Império e com a precoce república. Bem como habitavam, brasileiros brancos e imigrantes, nas várias estalagens e em muitos cortiços da “cidade esconderijo”. Como ratifica Soares, ainda que existissem divergências e convergências entre os imigrantes e brasileiros no mesmo espaço, as crises e desacordos não extinguiram o elo entre ambos, pela mesma ideia de cenário, "o compartilhar das agruras da miséria urbana criava laços difíceis de romper" (SOARES, 1994, pp. 107-108)

A gente do cortiço pratica suas funções ao ar livre, em espaços comuns, seja devido à própria natureza das mesmas, ou porque as casas são minúsculas. **Por isso, uma solidariedade algo forçada obriga-os a partilhar tudo**, tarefas profissionais e prazeres, como as comezainas domingueiras, acompanhadas de bebida, música, dança, barulho e, não raro, alguma briga ou cena de infidelidade conjugal, além da reclamação dos vizinhos (VASSALO, p. 108). **Grifos meus.**

Nos espaços dos cortiços coexistiam culturas e reproduções sociais, mas, nas entrelinhas das relações de poder que se apresentavam na forma explícita e implícita, o convívio estava em conformidade com a vida cotidiana dos sujeitos, sem que estes tivessem escolha. Muitos encontravam-se em situação de miséria, insalubridade e permanente exploração, seja pelo dono do cortiço ou pela sociedade que cerceava a vida desses indivíduos. Em contrapartida, os encortiçados começaram a estabelecer leis e costumes próprios de tal modo que esse espaço passou a produzir e reproduzir convivência mútua, mesmo em questões pontuais de solidariedade.

Assim sendo, os espaços no cortiço deflagravam confusões, brigas, festas e, sobretudo, reciprocidade, mesmo que ocorressem momentaneamente em alguns casos e em outros fossem duradouros. Principalmente entre os negros que conseguiam fazer uma

unidade, cujos integrantes possuíam os mesmos objetivos: liberdade, trabalho e a busca por afirmação numa sociedade escravista. E, mesmo após a abolição e no período seguinte à proclamação da República, esses laços se estreitaram em busca de ideais futuros. É evidente que a experiência do tráfico negreiro quebrou as várias formas de interação da cultura africana e suas identidades. Mas os novos ventos das transformações na cidade fizeram com que os pobres que habitavam as moradias populares, unidos num só sofrimento e numa só unidade, buscassem apoio mútuo para alcançar seus objetivos individuais ou de grupos, sobretudo os negros²⁹.

São vários os exemplos de escravos que moravam juntos em cortiços, ou que tinham suas amasias morando em cortiços; além disso, encontram-se famílias de ex-escravos **que conseguiram se reunir e passar a morar juntos em habitações coletivas após a liberdade. Com frequência, era nestas habitações que os escravos iam encontrar auxílios e solidariedades diversas para realizar o sonho de comprar a alforria de seus senhores** (CHALOUB, 2000, p. 28). **Grifos meus.**

Portanto, para essa complicada empreitada de morar junto, era preciso ter dinamismo, mas, sobretudo, capital para manter a subsistência e pagar o aluguel. Com isso, desempenhando tarefas nos espaços quase que como uma unidade produtiva, como descreve Moura (1995), o autor a seguir ratifica tal ideia destacando as funcionalidades do cortiço.

No cortiço lava-se, engoma-se, cozinha-se, criam-se aves, etc. [...] no cortiço acha-se de tudo: o mendigo que atravessava as ruas como um monturo ambulante; a meretriz impudica, que se compraz em degradar corpo e alma, os tipos de todos os vícios e até [...] até o representante do trabalho (RIBEIRO, 1877, pp. 96-97).

Em diversos processos criminais estudados por Chalhoub (1990), é notado pelo autor grande dependência recíproca de muitos negros que viviam juntos, mesmo sem serem parentes, possivelmente como estratégia de proteção. “Nesse ponto, buscar-se-ão apontar os fenômenos da gênese criminal no interior de uma área criminal a partir da interação dos indivíduos entre si, com base nos valores vigentes”. (TANGERINO, 2007, p. 5). Assim sendo, muitos sentimentos de não pertencimento à sociedade carioca induzia

²⁹ O tráfico negreiro e as práticas escravistas desagregaram grande parte das culturas africanas. Mas os negros baianos, sobretudo, a sociabilidade passa necessariamente pelo candomblé. Nesse sentido, a religiosidade passa a ser um aglutinador redefinir conceitos e valores, além da luta para existir na sociedade antes e depois da República. Ver Velloso, 1989, p. 223.

os indivíduos a resistirem e deixarem as diferenças de lado através da convivência diárias nas moradias populares.

Vários negros unidos por laços de parentesco e amizade e habitando uma mesma estalagem na paróquia do Espírito Santo dominam novamente a cena no processo criminal não qual foi réu o pardo Domingos José Ramalho, natural da corte, 23 anos, solteiro, trabalhador (CHALHOUB, 1990, p. 247).

O autor ressalta que vários negros tentavam ocultar seu passado, pois muitos já haviam vivenciado algum processo, e essa marca nos registros poderia prejudicá-los no acesso ao trabalho e à moradia. Chalhoub observa que muitos dos processos analisados eram voltados para os libertos, ou eram crimes de desavenças e confusões, geralmente movidos por problemas amorosos de pessoas que moravam juntas. Com isso, muitos se reconheciam enquanto grupos excluídos da sociedade, mas que vivia como iguais, resultando em amizade e animosidade em situações diversas.

Da luta entre Domingos e Antônio resultou a morte deste último, atingido no tórax por uma facada. As declarações de Carlota nos informam que ela e sua irmã Firmina e mais as filhas destas moravam juntas na estalagem – na realidade, elas ocupavam o mesmo quarto de estalagem (CHALHOUB, 1990, p. 248).

É interessante observar que as pessoas fora do cortiço faziam desse espaço também um meio de ganhar a vida. Com isso, enxergavam muito além de um espaço apenas para o desfadigar, mas um lugar de clientes em potencial. “O cortiço ocupa comumente uma área no interior do quarteirão: quase sempre um quintal e um prédio onde há estabelecida uma venda ou tasca qualquer” (BONDUKI, 1998, p. 25). Os agentes comerciais externos usufruíam do cortiço como ampliação dos seus negócios. É importante analisar como esses indivíduos eram aproveitados como potenciais clientes, mesmos não possuindo valor ativo na sociedade enquanto cidadãos.

O padeiro entrou na estalagem, com sua grande cesta à cabeça e seu banco de pau fechado debaixo do braço, e foi estacionar em meio ao pátio, à espera dos fregueses, pousando a canastra sobre o cavalete que ele armou prontamente. Em breve estava cercado por uma nuvem de gente. As crianças adulavam-no, e, à porção de que cada homem e mulher recebia o pão, disparava para casa com este abraçado contra o peito (AZEVEDO, 2012, pp. 35-36).

O próprio pátio da estalagem era usufruído pelos moradores como meio de ganhar a vida. As lavadeiras usavam esse espaço para estender as roupas tanto de clientes de fora

da estalagem como de moradores locais. Como pode ser observado na imagem abaixo, a área central do cortiço era utilizada como espaço para secagem de roupas.

Figura 1: utilização de varais e pequenas oficinas



Cortiço com entrada pelo número 47 da rua Visconde do Rio Branco.
Foto Augusto Malta, 1906.

Fonte: Moura, 1995, p. 53

Em tais espaços eram construídas, em muitas ocasiões, relações premeditadas e, na maioria das vezes, naturais e artificiais de ocupação nas moradias populares, afinal o aluguel precisaria ser pago e o indivíduo manter sua própria subsistência. Entretanto, durante alguns momentos pontuais e certas folias, transformavam-se em encontros de gente que, por mais que se diferenciasssem perante a sua nacionalidade, cor ou condição social, acabava juntando-se, formando o que Azevedo chama de gente. Essa “gente”, é a configuração para falar de todos num só lugar e categoria.

Essas musicalidades apontam, assim, para as presenças efêmeras e os modos de subsistências disponíveis no pátio da estalagem. Eles se atrelam à especificidade da conjuntura social do lugar, o qual une o âmbito doméstico público por meio de pequenas relações econômicas interpessoais (SCHIFFNER, 2014, p. 77).

De tal modo, o cortiço também era utilizado como unidade produtiva e unidade de produção (Chalhoub, 1986), (Moura, 1995) traz à luz a questão de como essas mulheres eram independentes e tinham, através do capital, uma boa autonomia em relação ao homem, mas numa sociedade patriarcal que não reconhecia isso. O nível de autonomia nas entrelinhas do cotidiano dessas mulheres, segundo Chalhoub (1986), as capacita até para escolher seu amasio, gerando disputas ferozes entre os homens. Com isso, se desenvolvendo no subterrâneo do cortiço, a autonomia feminina, mesmo em uma coletividade religiosa e medieval – submissão feminina – conseguiu algum grau de independência, que a historiografia não cita com tanta frequência.

Honorina morava numa casa de cômodos com sua mãe, sua irmã e o filho pequeno que menciona no depoimento. Pelo menos Honorina e sua mãe lavavam roupas para garantir seu sustento, sendo que contavam entre seus fregueses outros moradores da casa de cômodos. Mulher, portanto, trabalhadora e independente. Honorina escolhe de forma criteriosa seu possível amásio. Tanto Hermógenes Bispo dos reis, pardo de 41 anos, estivador, quanto Arnaldo Couto, natural do Distrito Federal de 18 anos, bombeiro hidráulico, mostravam-se interessados em se amasiar com Honorina [...]. O caso ilustra bem a forma ativa como a mulher participa de uma relação desde o início, escolhendo de forma bastante seletiva e racional seu amásio [...] o rival mais bem-sucedido –, porém acaba sendo morto na luta (CHALHOUB, 1986, p. 158).

Chalhoub deixa claro que esse não é um processo linear e sem conflitos, muito pelo contrário, para o autor os documentos da administração policial da época vem corroborar para identificação de alianças e confrontos. Quando o assunto era as habitações coletivas, geralmente o poder público estava de um mesmo lado. No entanto, é perceptível que há casos pontuais onde os fiscais de algumas freguesias fornecem guarida para alguns taverneiros, gerando conflito entre os agentes do Estado. “De passagem, o chefe dos higienistas insinua que essa situação se explica pela convivência dos fiscais de freguesia” (CHALHOUB, 2000, p.43). Esses questionamentos pressupunham um ambiente tensionado entre as autoridades do Estado e os corticeiros, assim como foi citado neste ensaio e categorizado por Franz Fanon, as muitas situações acabavam se confundindo entre o colono e o colonizado, gerando o que o autor chama de “zona cinzenta”. Para

Bretas, os agentes do Estado eram indesejados, pois traziam consigo as agruras e o terror para os locais pobres e desprovidos de direitos sociais e econômicos³⁰. O que converge para um Estado que não é poder, mas portador da Violência.

Nesse panorama, Chalhoub chama atenção para as picuinhas que vão surgindo, sobretudo na freguesia de Santa Rita, onde o fiscal é enquadrado pelo subdelegado por não estar fazendo bem seu trabalho contra os estalajadeiros. Nesse caso, qual seria o motivo do fiscal não averiguar corretamente as denúncias? São hipóteses que transformam o trabalho de fiscalização num verdadeiro jogo de interesses. Enquanto um quer aplicar a lei, o outro quer ludibriar e proteger os taverneiros que ali vivem e produzem seu sustento. É possível que o fiscal ganhasse algo para fazer vista grossa? Sim, é possível. Porém, não cabe aqui tal discussão, essa questão poderá ser objeto de uma futura pesquisa.

Dentro do cortiço como funcionavam as relações sociais? Segundo o romance de Azevedo, eram relações muito próximas, sejam por brigas, festas ou ainda conversações no pátio e nas portas dos casebres. É verdade que havia muitos burburinhos, fofocas e boatos dentro das estalagens locais, os quais, em muitas ocasiões, foram combustíveis para crimes passionais e intrigas por causa de bate-bocas, como atesta Chalhoub no seu livro *Visões de liberdade* (1990). Mas, as relações veladas, e até mesmo coercitivas, acabavam fluindo de forma quase que normal, no sentido de gerenciar a vida desses indivíduos nessas moradias. Havia vários motivos para existirem barreiras num espaço tão heterogêneo dentro do cortiço, no entanto, essas barreiras eram porosas por necessidade de interação e fluidez de tudo o que acontecia dentro desses espaços. Assim, Carvalho (1987) observa que esses ambientes se tornaram quase que uma nova república, com leis e costumes próprios.

devido à atitude de descrença dos populares em relação à possibilidade de as autoridades policiais e judiciárias agirem no sentido de arbitrar seus conflitos – descrença esta nutrida por uma experiência cotidiana de arbitrariedades e violências das ditas autoridades –, restava aos populares apenas, como alternativa desejável, a “privatização” desses conflitos, ou seja, a sua resolução de acordo com regras de comportamento próprias do grupo sociocultural em questão (CHALHOUB, 1986, p. 206).

³⁰ Ver Marcos Bretas *A guerra das ruas: povo e polícia na cidade do Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 1997, pp 31-100.

Portanto, com essa afirmação, Carvalho destaca que foi preciso forjar uma república apenas para os desfavorecidos. Na qual os mesmos poderiam ter “leis próprias, detentoras da inabalável lealdade de seus cidadãos, apesar do autoritarismo do proprietário” (CARVALHO, 1987, p, 39). Para Carvalho, o que Azevedo remonta é uma república dentro do cortiço, pois, nesse estabelecimento, se “trabalhava, se divertia, se festejava, se fornicava e, principalmente, se falava da vida alheia e se brigava. Porém, à menor ameaça a vida vinda de fora, todos esqueciam as brigas internas e cerravam fileiras contra o inimigo externo” (CARVALHO, 1987, p, 39).

Nesse viés, é retratado que os intrusos são sempre indivíduos vindos dos cortiços rivais ou as autoridades policiais e, sobretudo, os agentes de saúde, nesse caso, sobretudo, a Revolta da vacina, onde muitos valiam-se para instigar os ânimos.

A oposição monarquista se aproveitou para estimular a rebelião, que ocorreu nos bairros, onde a população ergueu barricadas e, com paus e pedras, enfrentou a polícia. A repressão foi intensa, ocorrendo várias prisões. Apesar da justeza do objetivo, a classe dominante mais uma vez demonstrou seu profundo desprezo pelas camadas populares (GARCIA, 2009, p. 129).

Essas rivalidades entre o poder estatal e as pessoas que já possuíam antecedentes criminais acabavam em prisões arbitrárias com elementos que facilmente eram forjados pelos agentes do Estado. Entretanto, mesmo diante das concorrências de nacionalidade ou raça por trabalho e moradia, quando se tratava de ofensiva contra o Estado essas animosidades eram esquecidas e eles se uniam pelo interesse de proteção mútua, “temos processos que mostram companheiros de um determinado grupo de vizinhança superando possíveis rivalidades internas e se posicionando unanimemente no esforço de livrar um companheiro das mãos dos meganhas ou das malhas da justiça” (CHALHOUB, 1986, p. 192).

Para o autor, as declarações eram combinadas: se a polícia poderia forjar provas, como bem estudado por Arantes em sua dissertação de mestrado (2005) o preto Antônio Mina e tantos outros processos das freguesias de Santana e Santa Rita foram maculados de suposições errôneas, falcatruas e até por questões pessoais. Onde muitos eram presos “por não estarem fazendo nada” com o pretexto de prender sob a égide de vadiagem. Assim, no caso de Antônio Mina, as solidariedades entre os subalternos tornavam-se uma constância nos processos.

Foi interessante conhecer as pessoas que foram em sua defesa: brasileiros e portugueses, operários e negociantes, mostrando que a rede de relações que Antônio forjou era bastante ampla e envolvia mais gente do que os “patrícios” com quem bebeu naquela tarde de 7 de abril de 1905 (ARANTES, p.15).

Posto isso, muitos moradores das estalagens e adjacências manipulavam e ludibriavam os processos judiciais através dos testemunhos para livrar os seus da cadeia. Segundo Chalhoub (1990), (1986) e confirmado por José Murilo de Carvalho, essa era uma prática corriqueira.

Frente à polícia, dono e moradores se uniam, pois estava em jogo a soberania e a honra da pequena república. Cortiço em que entrava polícia era cortiço desmoralizado. É profundamente irônico e significativo que a república popular do cortiço se julgava violada, derrotada, quando lá entrava o representante da república oficial (CARVALHO, 1987, p, 39).

Nesses termos, temos uma projeção de como as classes pobres não se sentiam representadas pelo Estado. O que acabou potencializando repúblicas populares dentro da república institucional, com barreiras porosas e transponíveis dentro das suas convivências pontuais, de tal modo que a mesma polícia que é repelida é convidada a mediar agitações.

O proprietário da estalagem n. 196 da rua do Hospício destelhou hontem o quarto n. 2 da mesma estalagem, onde mora Manoel Duarte Vaz, com o fim de faze-lo mudar-se! Vaz queixou-se a polícia da violência que sofreu. Ha de se dar bem com a resolução. (Cidade do Rio. Quarta feira, 5 de outubro 1887) proprietário Jose do Patrocínio.

Por terem feito grande desordem na estalagem n. 4 na rua General Caldwell, foram presos ante-hontem os italianos Nicoláu Capulo, Raphael Capulo e Vicente Magdalena, estando esse ultimo armado de um revolver, que lançou fora na ocasião de ser preso, foi elle remetido para a casa de detenção por ordem do subdelegado do 2º districto Santa Anna, que mandou em paz os dois primeiros, depois de admoesta-los (Gazeta de noticias. Domingo 5 de janeiro de 1890).

Assim, o cortiço era lugar de trabalho, mas também de relações impositivas. Para Simmel, toda e qualquer sociação é coercitiva, pois as demandas impõem as condições que prevalecem de quem é receptor e emissor, esse processo é uma via de mão dupla. Deste modo, os laços de interdependência dentro da sociabilidade³¹ têm seus interesses próprios e dinâmicas que convergem para a benevolência do ambiente, no caso das moradias populares. Mesmo sendo da mesma etnia, era preciso interesses comuns para uma convivência plena. Assim, era na casa Tia Ciata,

³¹ Ajudas mutuas geralmente por laços de nação e religião. Ver Velloso, p. 212.

Na Pequena África da Saúde, a cultura dos negros mulçumanos vindos da Bahia, sua música e sua religião fertilizaram-se no novo ambiente, criando os ranchos carnavalescos e inventando o samba moderno. Um pouco depois, o futebol, esporte de elite, foi também apropriado pelos marginalizados e transformou em esporte de massa (CARVALHO, 1987, p, 41).

Com isso, os espaços dentro do cortiço também eram lugares de encontros casuais, de sustento ou até esconderijo. Nesse viés de análise, e nos processos percorridos por Chalhoub, havia uma necessidade de coexistir na república do cortiço, suportando um ao outro no intuito de gerar harmonia dentro das moradias populares. Assim sendo, as habitações coletivas estavam longe de ser apenas lugares para se encostar a cabeça.

A existência do espaço de luta, da concorrência, da rivalidade – esse odiado mundo da disputa e da agressividade, tão típico dos esportes violentos – impõe o surgimento de uma área de compensação, um lugar reservado para a tolerância, a fraternidade, o repouso e a quietude (SEVCENKO, 1995, p. 213).

Todavia, a atmosfera nas estalagens variava entre a calma e a agitação dependendo de como as regras eram transgredidas, o que acabava variando de cortiço para cortiço, transformando assim cada estabelecimento num tipo de sociabilidade simbólica. Embora de caráter comum, existia influência mútua entre os habitantes, variando de intensidade. Em determinados cortiços ocorrem de modo pouco sólido e, em outros, em maior implicação e dependência recíproca, até mesmo porque em determinadas moradias populares existiam grande rotatividade de inquilinos.

6 CONCLUSÃO

Analisando o cotidiano dos cortiços na literatura, nos jornais, no acervo fotográfico de Augusto Malta e nos relatos de ocorrências policiais presentes nas obras de Chalhoub, juntamente com a própria historiografia dos cortiços, buscou-se analisar os espaços de sociabilidade e os espaços de utilidade para além do descanso matinal dentro dos cortiços. Com isso, procurou-se esquadrihar, através de exaustivo trabalho, evidências que levassem a enxergar as estalagens para além do descanso matinal, seja pela boêmia que incomodava a vizinhança ou até mesmo pelas disputas amorosas que resultavam em conflitos e, em algumas oportunidades, acabavam em tragédias e assassinatos. Desta forma, os jornais e os processos judiciais potencializavam os mecanismos de confusões utilizados pelos inquilinos, principalmente na dependência recíproca entre patrícios e conterrâneos nos processos criminais.

Entretanto, esses espaços de sociabilidade dentro dos cortiços impetravam dependências recíprocas, principalmente quando envolviam a polícia, pois as rivalidades na cidade, pelos espaços de moradia e ocupação, eram disputadas por brasileiros e estrangeiros. Devido ao imaginário, desde fins do século XIX, para embranquecer o Rio de Janeiro, com o intuito da cidade carioca ser um arquétipo de Paris, o Estado e os burgueses preferiam os imigrantes para os cargos mais conceituados no projeto de nação em detrimento dos negros egressos, que tinham à marca da escravidão.

Assim, o objetivo de adentrar no espaço do cortiço, explorando os ambientes de intensa sociabilidade que proporcionavam não apenas guarida para se esconder, mas, sobretudo, um lugar para ganhar capital e convívio mútuo, embora fosse uma linha tênue de constante tensão num ambiente de diversas culturas. Todavia, morar nesse espaço de dificuldades e degradação, onde os anseios de pertencimento, cidadania e de autoconfiança dificilmente estavam presentes, apesar de muitas adversidades enfrentadas no cotidiano, os indivíduos faziam desse espaço seu espaço: as crianças brincavam, as mulheres se enfeitavam para as festas, os jovens namoravam, os homens procuravam o sustento de suas famílias.

As características dos cortiços e as aspirações dos moradores não eram apenas por mera penúria, buscavam métodos de sobrevivência e usufruíam de estratégias para resistir perante uma sociedade segregacionista. As estratégias de sobrevivência passavam por códigos próprios, estabelecidos pelos moradores e corticeiros, seja na ajuda mútua ou até mesmo nas confusões. Portanto, construía suas próprias regras de sociabilidade e especificidade nesse ambiente geográfico determinante na vida dos encortiçados que dele se utilizavam, tornando assim as moradias populares uma região marcada no ambiente urbano. O cortiço passava a ser uma amostra social de assimilação do lugar pelos seus moradores, mesmo que fosse um micro espaço na sociedade.

Com isso, ao se penetrar nos espaços do cortiço, são revelados os contornos das disparidades diante da coletividade carioca, de tal maneira que é esboçada a falta de acesso às necessidades básicas da sociedade da época. Assim, ser um cidadão seria como exercer seu papel numa sociedade aproximadamente estamental, restando aos moradores manter dentro das estalagens afinidades de domínio, solidariedade e reciprocidade forçada ou não. Mas acabava sendo uma estratégia de sobrevivência numa sociedade que colocava quase como invisíveis os moradores desses espaços insalubres.

Deste modo, o presente trabalho procurou, através da provocação feita pelos professores Flávio Gomes e André Chevitatese mencionada na introdução deste trabalho, analisar a problemática dos espaços esquecidos e suas permanências. Através desse desafio, buscou-se adentrar num dos textos de Roberto Moura, que trata o cortiço como uma “unidade produtiva”. Sobretudo, a partir do conceito de sociabilidade, tecido por George Simmel, e dos conflitos encarados na elaboração deste trabalho, foi impossível não adentrar no campo econômico desses espaços afim de penetrar na questão relacional. Por isso, nesse parâmetro, acredita-se que esse estudo terá sua continuidade trabalhando o cortiço futuramente como um espaço de sociabilidade econômica. Foi exposto para o leitor a dimensão de que o cortiço vai muito além de um simples lugar para o desfadigar diário, compreendendo os artifícios de como os inquilinos que aproveitavam a questão relacional a partir de uma república dentro de outra república, mas ciente da necessidade proteção mútua através de um jogo de tensões, velados ou explícitos para além do controle dos indivíduos com seus interesses, desejos, necessidades e utilidades. Assim sendo, o cortiço torna-se um algo a mais nesse Rio de Janeiro, protótipo de Paris.

BIBLIOGRAFIA

Livros, artigos e teses

AGIBERT, Cibele Pereira, O Cortiço de Aluísio de Azevedo (1890): relações entre ciência e literatura. Dissertação (mestrado) – PUC. Programa: História da ciência, SP, 2010, xii, 49 p.

ARANTES, Erika Bastos. O porto negro: cultura e trabalho no Rio de Janeiro dos primeiros anos do século XX / Dissertação (mestrado) - Universidade Estadual de Campinas, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas. Campinas, SP, 2005.

ARENDDT, Hannah. Sobre a violência. Tradução: André Duarte. – Rio de Janeiro; Relume Dumará, 1994.

ASPERTI, Clara Miguel. A vida carioca nos jornais: Gazeta de notícias e a defesa da crônica. Contemporâneo. V.7, 2006.

BARBOSA, Marialva. Os donos do Rio. Imprensa, poder e público. Rio de Janeiro: Vício de Leitura, 2000.

BASTOS, Izamara. VI Congresso Nacional de História da Mídia, promovido pela Rede de Pesquisadores de Memória da Imprensa e a Construção da História da Mídia no Brasil (Rede Alfredo de Carvalho) em parceria com a Universidade Federal Fluminense (UFF), 2014.glavio

BONDUKI, Nabil. Origens da habitação social no Brasil. São Paulo: Estação Liberdade; Fapesp, 1988.

BRETAS, Marcos. A guerra das ruas. Povo e polícia na cidade do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 1997.

CARVALHO, Jose Murilo de. Os bestializados: o Rio de Janeiro e a República que não foi. São Paulo: Companhia das letras, 1987.

CRESPO, Daniele dos Reis. O cotidiano da repressão policial no Rio de Janeiro da Belle Époque (1902-1906). Anais do I Colóquio do Lahesl, UFJF, 13 a 16 de junho de 2005.

CHALHOUB, Sidney. Cidade Febril: Cortiços. São Paulo: Cia. das Letras, 2000.

CHALHOUB, Sidney. Trabalho, lar e botequim: o cotidiano dos trabalhadores no Rio de Janeiro da belle époque. Ed. . Brasiliense. São Paulo. 1986.

CHALHOUB, Sidney. Visões da liberdade: uma história das últimas décadas da escravidão na corte. São Paulo: Companhia das Letras, 1990.

COARACY, Vivaldo. Memórias da cidade do Rio de Janeiro. Ed. 3, Belo Horizonte: Itatiaia; São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 1988.

DOSSE, François, “A História em migalhas. Bauru: Edusc, 2003. pp. 149-195.

ENGEL, Magali Gouveia. Onde moram os pobres? Representações literárias das habitações populares (Rio de Janeiro, fins do XIX e inícios do XX). n.7, 2013, p.89-103. Revista do Arquivo Geral da Cidade do Rio de Janeiro.

- FANON, Frantz. Os condenados da terra. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1968.
- GARCIA, Cyro. Violência e movimentos sociais: opressão, repressão e resistência. In: Bustamante, Regina da Cunha; MOURA, José Francisco de. Org. Violência na história. Mauad X: FAPERJ, 2009.
- GERSON, Brasil. Histórias das ruas do Rio: e da sua liderança na história política do Brasil. Rio de Janeiro: Lacerda Ed, 2000.
- MONTEIRO, Ryanne F. Quando a pobreza toma corpo: Análise sociológica de O Cortiço, de Aluísio Azevedo. ISSN 1808-8473, Baleia na rede – Estudos em arte e sociedade - vol. 9, n.1, 2012.
- MOURA, Roberto. Tia Ciata e a pequena África no Rio de Janeiro. FUNARTE, 1995.
- OAKLEY, R. J. Lima Barreto e o destino da literatura. São Paulo: Editora Unesp, 2011.
- PAIXÃO, Cláudia Míriam Quelhas. As políticas públicas de transformação urbana na cidade do Rio de Janeiro no início do século XX. n.7, 2013, p.119-140. Revista do Arquivo Geral da Cidade do Rio de Janeiro.
- PATROCÍNIO, Paulo Roberto Tonani do. A “não-cidade”: a favela vista pelos cronistas do início do século XX. Revista Transversos, Rio de Janeiro, Vol. 03, nº. 03, pp. 8-25, out-mar. 2014/2015. Disponível em: <www.transversos.com.br>. ISSN 2179-7528.
- PATTOS, Maria Helena Souza. Estado, Ciência e política na Primeira República: a desqualificação dos pobres. Estudos Avançados. Vol 13 nº 35. São Paulo: Jan.\Abr. 1999, p. 11. Disponível em: <<http://www.scielo.br>>. Acesso em 20 de maio de 2011.
- RODRIGUES, Raymundo Nina. Os africanos no Brasil, 1862- 1906. São Paulo: Madras, 2008.
- RESTALL, Matthew. Sete mitos da conquista espanhola. Tradução de Cristiana de Assis Serra. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2006.
- RIBEIRO, Candido Barata. Quais as medidas sanitárias que devem ser aconselhadas para impedir o desenvolvimento e propagação da febre amarela na cidade do Rio de Janeiro? Faculdade de medicina do Rio de Janeiro, typographia do “Direito”, 1877.
- SIMMEL, Georg, O conflito como sociação. (Tradução de Mauro Guilherme Pinheiro Koury). RBSE – Revista Brasileira de Sociologia da Emoção, v. 10, n. 30, pp. 568-573. ISSN 1676-8965. <http://www.cchla.ufpb.br/rbse/Index.html>.
- SOARES, Carlos Eugênio Líbano. A Capoeira Escrava e outras tradições rebeldes no Rio de Janeiro (1808-1850). Campinas, SP: Editora da Unicamp/Cecult, 2001.
- _____. Zungú: rumor de muitas vozes. Rio de Janeiro: Arquivo Público do Estado do Rio de Janeiro, 1998.
- _____. Soares, Carlos Eugênio Líbano. A negregada instituição: os capoeiras no Rio de Janeiro. Rio de Janeiro, Secretaria Municipal de Cultura, Departamento Geral de Documentação e Inf. Cultural, Divisão de Editoração, 1994.
- SANTOS, M. Território e Sociedade: entrevista com Milton Santos. São Paulo, Fundação Perseu Abramo, p. 22, 2000.

_____. O Espaço e o Cidadão. 6. ed. São Paulo: Nobel, 2002.

SCHIFFNER, Tiago Lopes. O sol foi sequestrado e a rua restou na sombra: Mentalidade, trabalho e ascensão social em O Cortiço. Dissertação apresentada em Letras como requisito parcial para a obtenção do título de Mestre em Literatura Brasileira, pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Porto Alegre. 1994.

TANGERINO, Davi de Paiva Costa. Crime e Cidade. Rio de Janeiro: Editora Lumen Juris, p. 7, 2007.

TODOROV, Tzvetan. A conquista da América: a questão do outro. São Paulo: Martins Fontes, 1982.

VAZ, Lilian Fessler. Dos cortiços às favelas e aos edifícios de apartamentos — a modernização da moradia no Rio de Janeiro. *Análise Social*, vol. xxix (127), 1994 (3º), 581-597.

VASSALLO, Ligia. *Cortiço* e a cidade do Rio de Janeiro: Ipotese, revista de estudos literários Juiz de Fora, v. 4, n.1. 2010, pp. 103 a 110.

VELLOSO, Mônica Pimenta. As tias baianas tomam conta do pedaço. Espaço e identidade cultural no Rio de Janeiro. Projeto de pesquisa financiado pela fundação Carlos Chagas, São Paulo, 1989. *Estudos Históricos*, volume 3. n. 6. 1990, p.107-228.

VOVELLE, Michel. Ideologias e mentalidades. São Paulo, Brasiliense, 1987.

Cronistas e Literatos

AZEVEDO, Aluísio. O Cortiço. Porto Alegre: L e PM, 2002.

RIO, João do. A alma encantadora das ruas: crônicas. Rio de Janeiro, 1881-1921. Secretaria Municipal de Cultura, Dep. Geral de Doc. e Inf. Cultural, Divisão de editorial, 1995.

BILAC, Olavo. Vossa insolência: crônicas. Organização de Antônio Dimas. São Paulo: Companhia das Letras, 1996.

COELHO NETTO. *Bilhetes postais*. São Paulo: Mercado das Letras, 2002.

BILAC, Olavo. "crônicas", R. K., 1907, p.10

BILAC, Olavo. Vossa insolência: crônicas. Organização de Antônio Dimas. São Paulo: Companhia das Letras, 1996.

Jornais utilizados (hemeroteca da biblioteca nacional)

Verificar em: <https://www.bn.gov.br/explore/acervos/hemeroteca-digital>

A Folha Nova - 17/02/1883, 27/02/1883, 01/03/1883, 11/04/1883, 22/06/1883, 14/10/1883.

Cidade do Rio - 05/10/1887, 27/03/1888, 21/04/1888, 19/01/1888, 19/01/1889.

Correio da Manhã - 26/01/1905, 12/01/1906.

Correio da Tarde - 1/02/1895, 26/12/1893.

Gazeta de Notícias - 10/01/1890, 5/01/1890, 07/02/1890, 14/01/1880, 17/01/1880, 01/01/1890, 08/01/1890, 21/02/1880.

O Paiz - 26/06/1914, 14/02/1890, 15/04/1890, 25/06/1891, 16/08/1891

Jornal do Brazil -1867

Jornal do Commercio - 06/01/1890, 09/01/1880, 15/04/1900, 23/01/1880

ANEXOS

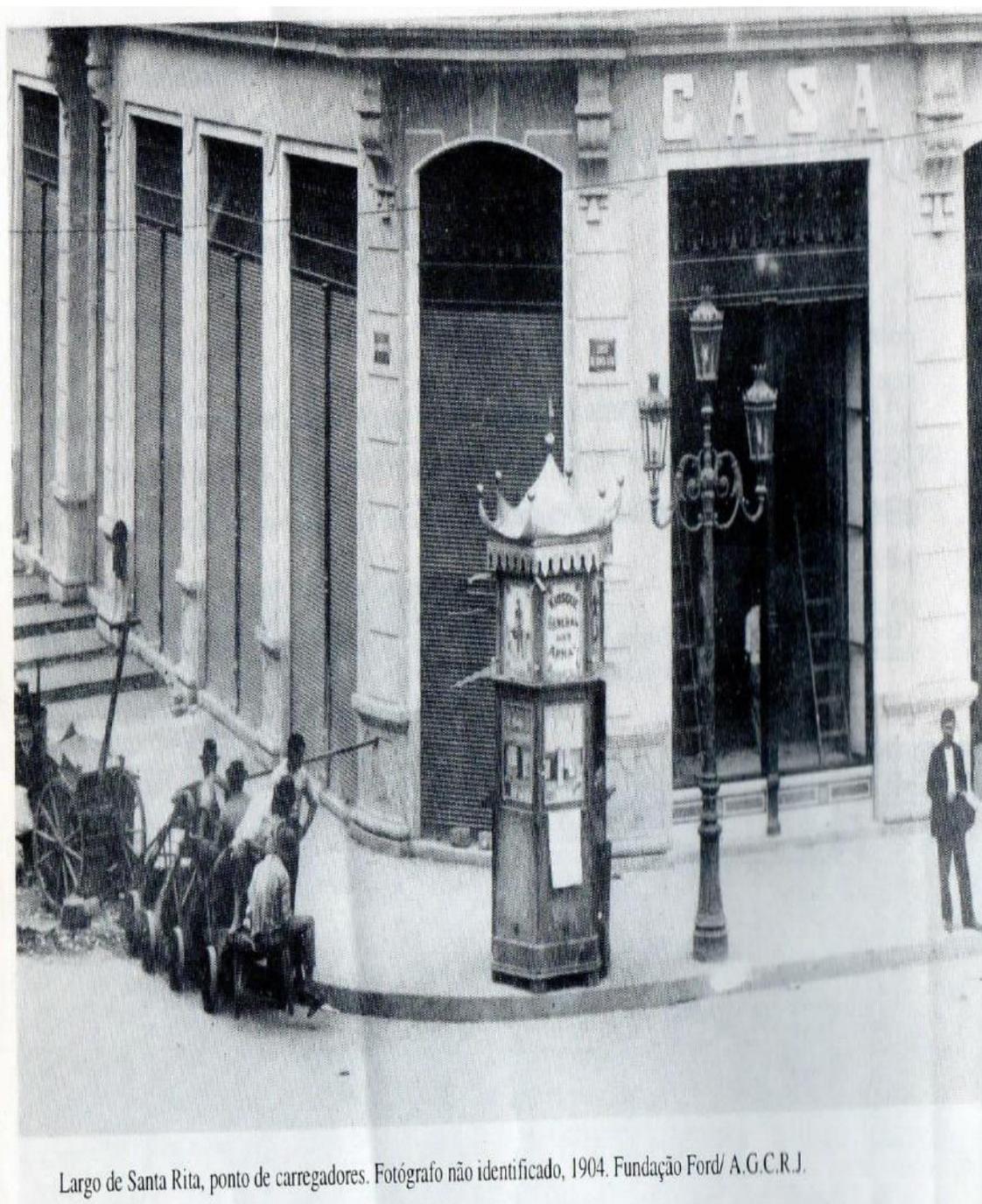
ANEXO A



Populares. Foto Augusto Malta, 1906.

Fonte: Moura, 1995, p. 65

ANEXO B



Largo de Santa Rita, ponto de carregadores. Fotografia não identificado, 1904. Fundação Ford/ A.G.C.R.J.

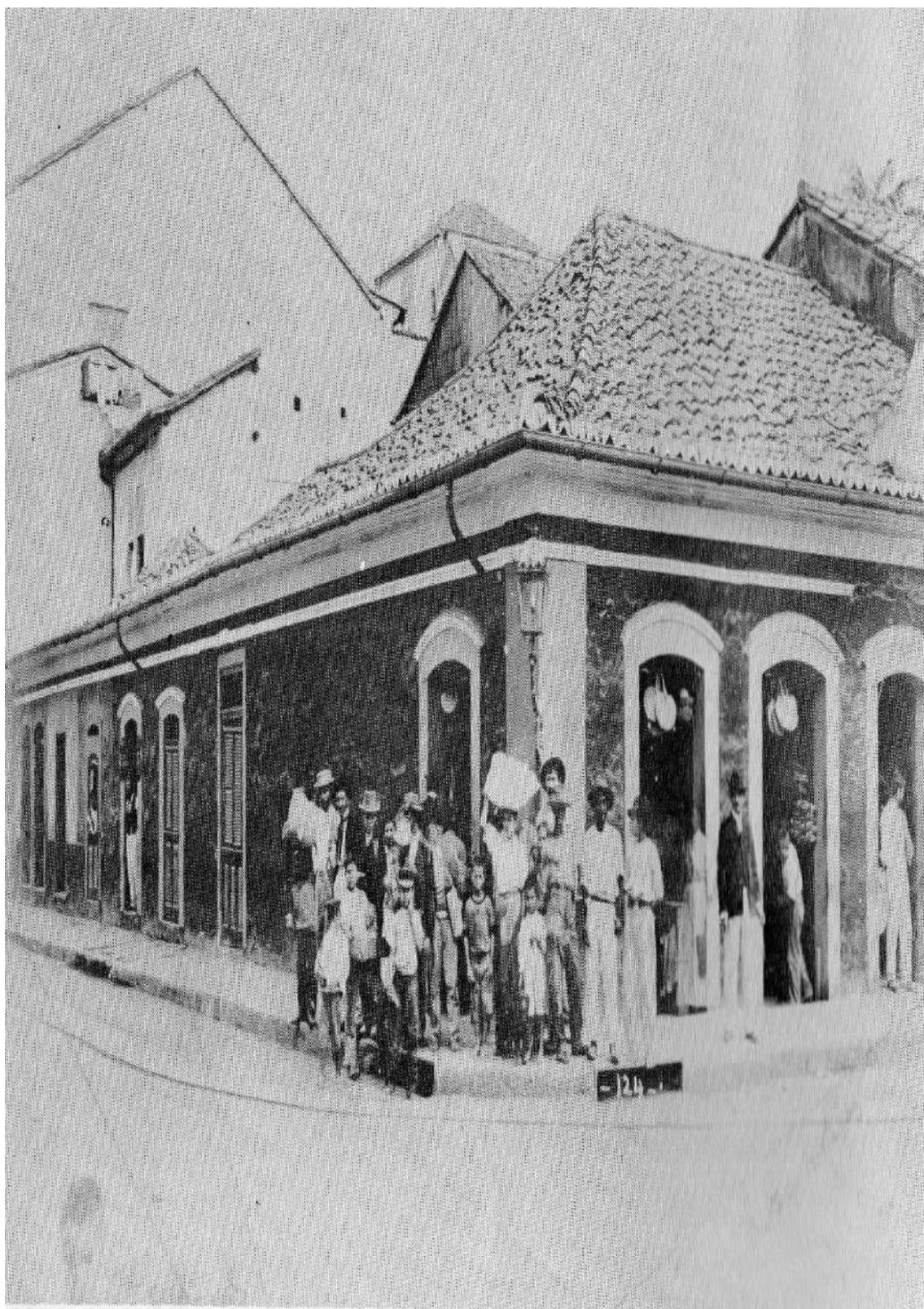
Fonte: Moura, 1995, p.64

ANEXO C



Vendedor ambulante (detalhe). Foto Augusto Malta, 1905. Seleção executada pela Fundação Casa de Rui Barbosa em pesquisa coordenada por Solange Zúñiga no acervo do Arquivo Geral da Cidade do Rio de Janeiro.

ANEXO D



Quitanda na esquina da rua do Resende e vendedores ambulantes. Foto Augusto Malta, c. 1905.

Fonte: Moura, 1995, p. 54

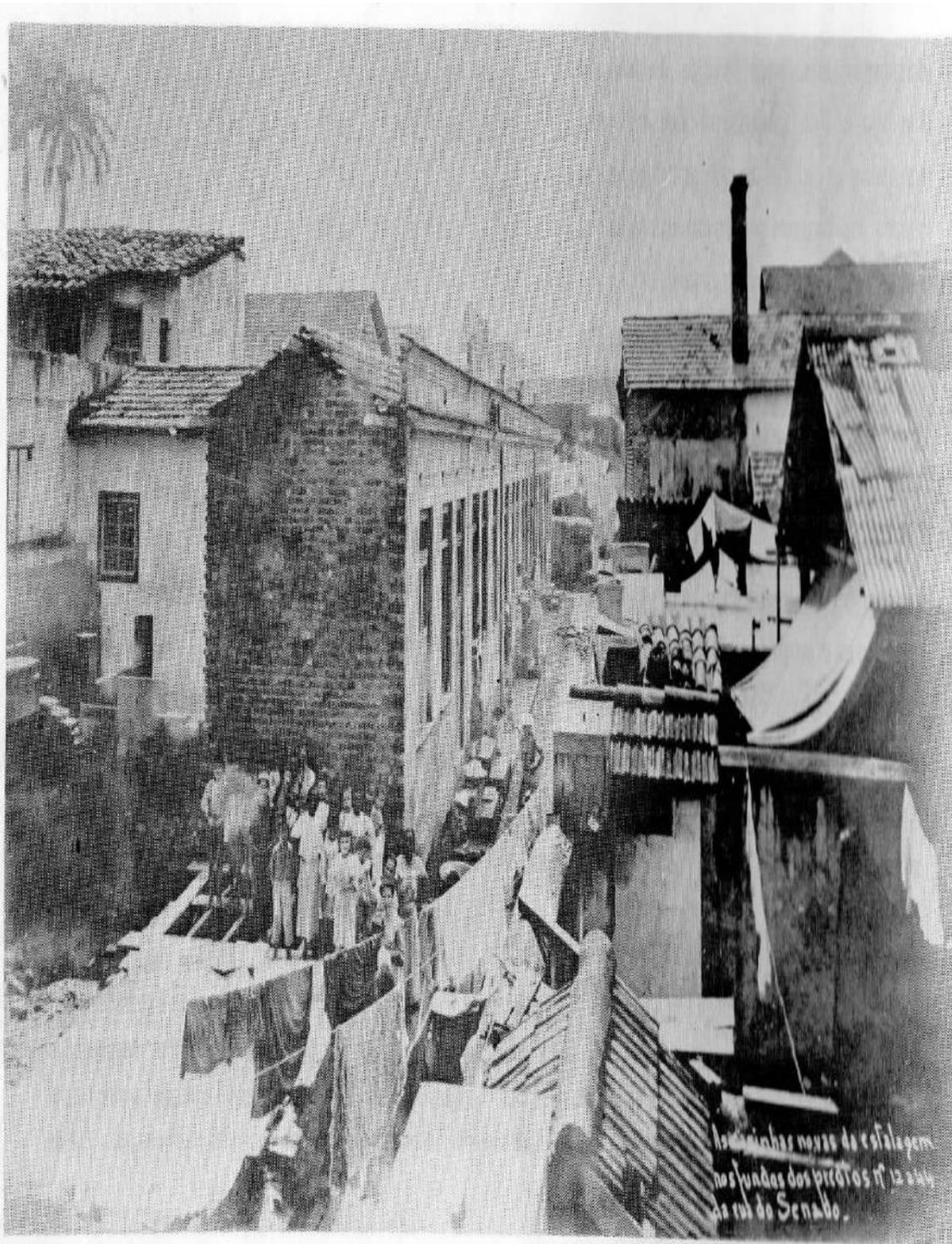
ANEXO E



Cortiço existente no fundos dos prédios 12 a 44 da rua do Senado. Foto Augusto Malta, 1906.

Fonte: Moura, 1995, p 52

ANEXO F



Cortiço da rua do Senado. Foto Augusto Malta, 1906. Seleção executada pela Fundação Casa de Rui Barbosa em pesquisa coordenada por Solange Zúñiga no acervo do Arquivo Geral da Cidade do Rio de Janeiro

Fonte: Moura, 1995, p. 50